

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES



Vera Vieira

Organizadora

São Paulo / 2021

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES

Vera Vieira

Organizadora

São Paulo / Brasil / 2021

REALIZAÇÃO



PeaceWomen Across the Globe
FRIEDENSFRAUEN WELTWEIT
نساء من أجل السلام عبر العالم
Femmes de Paix Autour du Monde
Женщины мира за мир на земле
MUJERES DE PAZ EN EL MUNDO
Mulheres pela Paz ao redor do Mundo
DONNE DI PACE NEL MONDO

ピースウーマン—国境を越え平和をつくる女たち
全球和平妇女

www.1000peacewomen.org [Suíça]

www.mulherespaz.org.br - associacao@mulherespaz.org.br [Brasil]

Título:
Violência de Gênero e Interseccionalidades

Coordenadoras do Projeto:
Carla Weymann [Suíça], Maria Julia Moreyra [Argentina]
e Vera Vieira [Brasil]

Organizadora da Publicação:
Vera Vieira

Editora:
Associação Mulheres pela Paz

Projeto Gráfico e Edição:
Vera Vieira

Ilustração:
Neon Cunha

Publicação Eletrônica

Transcrição das Gravações:
Maria Julia Moreyra [espanhol]
e Walkíria Lobo J.Ferraz [português]

Edição Final:
Rosane Maximiano

Local:
São Paulo / Brasil

Ano da Publicação:
2021

Edição:
1a.edição

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Violência de gênero e interseccionalidades [livro eletrônico] / Vera Vieira, organizadora. --
São Paulo : Associação Mulheres pela Paz, 2021.
PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-995398-0-0

1. Identidade de gênero 2. Sexualidade
3. Transexualidade - Aspectos sociais 4. Violência
contra as mulheres I. Vieira, Vera.

21-70937

CDD-305.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Identidade de gênero : Sociologia 305.42

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

O trabalho feminista pela paz significa tornar o trabalho feminino pela paz visível e utilizável para processos de paz sustentáveis. Porque a paz nunca é um projeto militar, mas sempre um projeto civil - um projeto coletivo de mulheres.

Ruth-Gaby Vermot-Mangold
Fundadora da PeaceWomen Across the Globe
[Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo, com sede na Suíça]



Ser feminista pela paz significa alicerçar as ações no respeito à diversidade e pluralidade das pessoas, enfrentando a guerra do dia a dia que está retratada na discriminação de classe, gênero e suas identidades, raça, sexo, orientação sexual... Significa desconstruir as discriminações que determinam o grau de poder e oportunidade das pessoas em sociedade, tendo como principal consequência a violência contra as mulheres e meninas.

Vera Vieira
[diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz, Brasil]



“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”

simone de
beauvoir

empoderar
as
mulheres



“Que nada nos limite. Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.”

Simone de Beauvoir, escritora francesa

SUMÁRIO

Apresentação	11
As coordenadoras dos webinars da América Latina e Caribe	15
As intérpretes	19
Os momentos musicais durante os webinars	23
I Webinars	
1.1. Interseccionalidade étnica	27
1.2. Interseccionalidade racial	45
1.3. Interseccionalidade trans	57
1.4. Femicídio	81
1.5. Violência Institucional na América Central	105
II Entrevistas	
1. Rosicleide Valhalva - Etnia Kaiowá - <i>A árdua luta coletiva por território e contra o genocídio indígena...</i>	125
2. Nilza Iraci - <i>Em busca de um projeto de nação alicerçado no Bem Viver</i>	131
3. Symmy Larrat - <i>Sobrevivência trans no país que mais mata essa população</i>	140



Apresentação

Enfrentar a violência de gênero é lutar pela paz cotidianamente

Esta publicação sistematiza de forma ampliada os valiosos seminários online que foram realizados nos dias 10, 17 e 24 de abril de 2021, voltados para a América Latina e o Caribe, abordando a temática geral da Violência de Gênero e suas Interseccionalidades, com focos específicos em cada um dos dias, sob a responsabilidade de reconhecidas especialistas na interseccionalidade indígena, interseccionalidade racial, interseccionalidade transgênero, feminicídio e violência institucional. A riqueza das apresentações e discussões merecem esta publicação que pode ser tornar um instrumento de multiplicação para lideranças diversas. Trata-se de uma realização da PWAG - PeaceWomen Across the Globe [Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo], com sede na Suíça. Os eventos foram organizados por Carla Weymann [PWAG - Suíça], Vera Vieira [Brasil] e Maria Julia Moreyra [Argentina].

Pimeiramente, eu gostaria de contar um pouco da história de nossa organização. A PWAG nasceu da iniciativa 1000 Mulheres pelo Prêmio Nobel da Paz 2005. O motivo: queríamos tornar visível o trabalho pela paz que centenas de milhares de mulheres estão fazendo em todo o mundo. Entre as palestrantes dos eventos aqui da América Latina e Caribe estão algumas das mulheres indicadas. Estou feliz em ver Ilarya Supa, Moema Viezzer, Virgelina Clara, Silvia Leon, Lisette Vila Espina, Amelinha Teles. Mas por que nomear 1000 mulheres? Como parlamentar suíça, também fui membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Como vice-presidente da Comissão de Refugiados, estive em missão em vários países devastados por guerras e crises. Conheci pessoas marcadas pela violência, em aldeias com casas destruídas pela guerra. Eu vi mulheres que faziam tudo o que podiam para ajudar às crianças a rir, para ajudar pessoas feridas a se recuperar e para ajudar às pessoas que estavam traumatizadas pela guerra a encontrar um sentido para suas vidas novamente. As mulheres são sempre aquelas que removem os escombros depois das guerras, em todas essas sociedades ao redor do mundo devastadas pela guerra. Elas consertam o que está quebrado, elas confortam aquelas que estão em desespero, elas procuram comida quando alguém está morrendo de fome. Elas perduram quando não há mais nada para suportar. Trabalho apenas de mulher? Mas, como todo trabalho feminino, o trabalho

pela paz não deixa rastros visíveis. O trabalho de cuidado da mulher, esse enorme trabalho social não acontece publicamente! As mulheres e todos os seus esforços são ocultados, banalizados e desvalorizados. Para tornar o trabalho pela paz das mulheres visível, nós - isto é, uma equipe internacional - nomeamos 1.000 mulheres para o Prêmio Nobel da Paz em 2005. As 1.000 mulheres nomeadas não receberam o Prêmio Nobel da Paz. Mas decidimos continuar o trabalho que havíamos iniciado e a iniciativa levou à criação do PWAG. Hoje somos uma organização feminista de mulheres que trabalha com muitas outras organizações de mulheres em todo o mundo, pela paz, resolução de conflitos, participação das mulheres nas negociações de paz, com base na Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU. Sem dúvida, também trabalhamos outras questões que atingem às mulheres e meninas, como a violência de gênero.

A violência contra as mulheres é como uma guerra contra as mulheres. No início de 2000, o Conselho da Europa me pediu para fazer um relatório sobre o feminicídio no México. O México foi o país anfitrião do Conselho da Europa. Minhas imagens daquela época: cruces roxas com nomes de mulheres mortas por toda parte, um país cheio de cruces. Conheci pais zangados e desesperados que exigiam mais proteção do Estado, autoridades e juizes sem palavras para suas filhas. E promotoras dedicadas que desapareceram em algum momento ... Violência em toda parte e sem esperança! A violência de gênero é mais do que uma guerra, é uma epidemia generalizada em toda a América Latina e no mundo. Não faz distinção entre classe social, raça, etnia, nível de educação, idade, localização geográfica ou religião.

Estes eventos que ora estão sistematizados buscaram promover uma cultura de paz, cidadania e direitos humanos com base na equidade de gênero e suas interseções. O objetivo é unir esforços na América Latina e Caribe, além de outras regiões, para alcançar a paz, segurança e justiça social. Hoje estamos engajadas em um debate profissional e político sobre a interseccionalidade. Queremos chegar ao fundo da simultaneidade de diferentes fatores que atingem todas as mulheres repetidas vezes e entender melhor o que desencadeia essa violência, assim como quais medidas nós, como mulheres, queremos exigir. Porque só falar, analisar e escrever relatórios é inútil. Temos que lutar junto com muitas mulheres e organizações de mulheres para por fim a esta enorme onda de violência contra as mulheres. Não podemos fugir desta responsabilidade. Se as mulheres não agem, os estados também não agem. Desejo a todas nós muita coragem para encontrarmos meios de efetivamente acabar com a guerra - a violência contra as mulheres.

Ruth-Gaby Vermot, Co-Presidenta PWAG / Suíça



As coordenadoras dos webinars da América Latina e Caribe

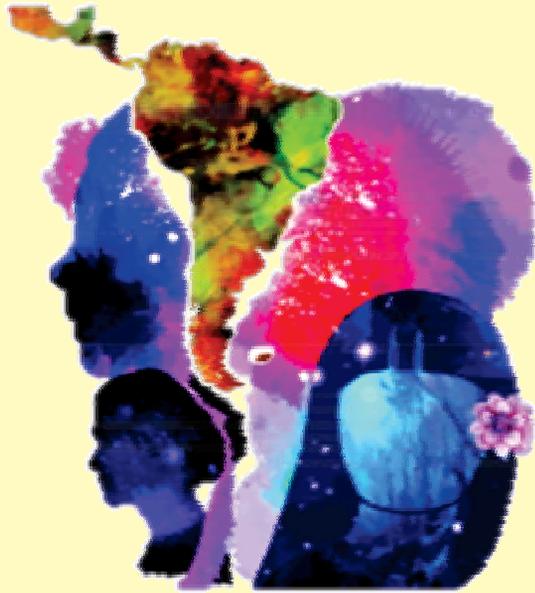


CARLA WEYMANN é assistente de programa da PWAG - PeaceWomen Across the Globe [Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo], que tem sede na cidade de Berna, Suíça. É mestre em Ação Humanitária Internacional (NOHA +) pelas universidades de Bochum (Alemanha) e Uppsala (Suécia). Durante um semestre no exterior, na Colômbia, ela se concentrou em estudos de paz e pós-conflito e resolução de conflitos. Anteriormente, ela estudou Política, Filosofia e Economia na Universidade Witten / Herdecke, na Alemanha.

VERA VIEIRA é jornalista e doutora em Comunicação e Feminismo pela Universidade de São Paulo - USP/ECA. É diretora executiva da Associação Mulheres pela Paz, feminista e educadora popular, tendo escrito ou coordenado diversas publicações sobre violência de gênero. É coordenadora da região Brasil da PWAG.



MARIA JULIA MOREYRA é advogada, mestre em Relações Internacionais e Bolsista Rotary pela Paz (Chulalongkorn University, 2016). Desde sua formatura, ela tem trabalhado com questões de gênero, especialmente com a violência em todas as suas formas e o crime de tráfico de pessoas. Atualmente é funcionária do Ministério da Mulher, Políticas de Gênero e Diversidade Sexual da Província de Buenos Aires (Argentina). Desde 2009 é Coordenadora para a América Latina e Caribe do PWAG.

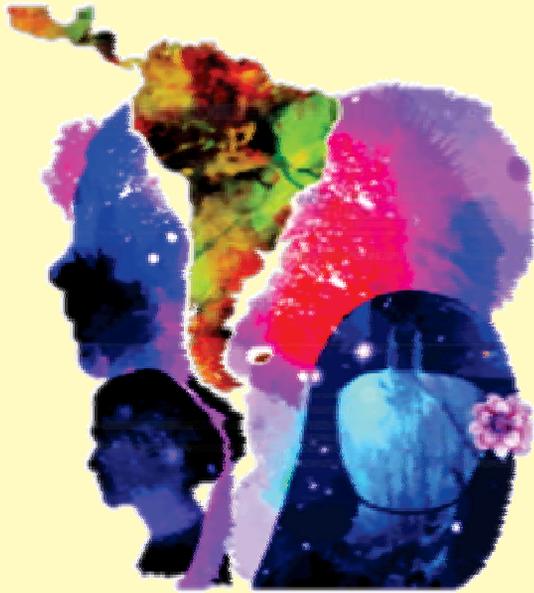


As intérpretes

MARÍLIA KAYANO [Brasil] é comunicadora e integrante da União de Mulheres do Município de São Paulo desde 2012, entidade que atua em defesa da mulher desde 1981. Como coordenadora do Projeto das Promotoras Legais Populares, realizado por essa entidade desde 1994, atua com as demais coordenadoras em parceria com especialistas, ativistas, coletivos e organizações de mulheres para fortalecer e expandir o projeto na capital e em outras cidades do estado e do país. Também faz parte do Bloco Carnaval YAYARTES.



SILVIA LEÓN (Argentina) é graduada em Língua Inglesa. Professora de inglês na Facultad del Ejército e no Instituto Evangélico Americano, ambos em Buenos Aires, Argentina. Examinadora sênior do Ministério da Educação da Argentina (2005-2009). Colaboradora na tradução para o espanhol do livro "1000 PeaceWomen Across the Globe". Intérprete simultânea no VII Fórum Sul - Sul. PeaceWomen Across the Globe (2020).



**Os momentos musicais
durante os webinars**



A banda Clandestinas surgiu, em 2017, da necessidade de se fazer ouvir em seus questionamentos sobre os padrões de gênero e sexualidade, utilizando a música como instrumento de luta.

As integrantes existem e junto com todas as mulheres seguem incomodando e gritando arte e luta.

Com a música, os corpos e os afetos, lutam contra o machismo, o patriarcado, o racismo, a LGBTfobia e todas as várias formas de opressão estrutural.

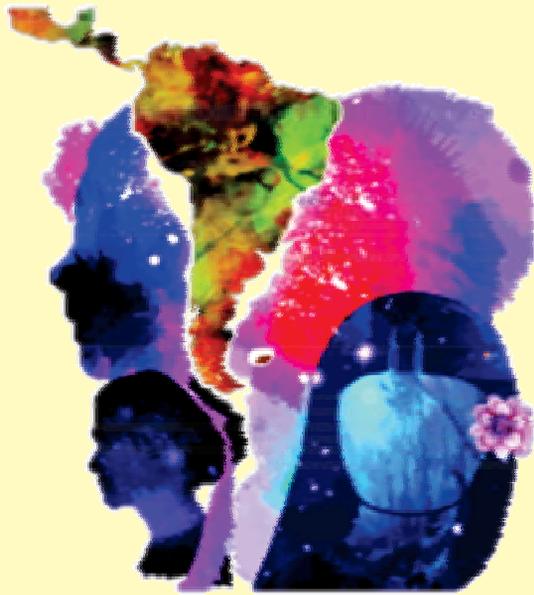
ALLINE LOLA (guitarra e voz); CAMILA GODOI (baixo e voz); NATALIA BENITE (bateria e voz)

Orquestra Juvenil do Equador (OJE) (Equador).

Fundada em 2016 pelo Maestro Diego Carneiro, a orquestra é formada por crianças e jovens de diversos países sob os auspícios da AmazonArt Foundation for Musical Development, fundada em Londres e presente em Quito desde 2018. “Desde a sua formação já fizeram mais de 300 atuações em palcos nacionais e internacionais, com cobertura em meios de comunicação como DW, CNN, France 24, BBC, Rádio France International, France24, entre outros. Também realiza programas sociais.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Sociedade Hebraica de Ajuda ao Migrante (HIAS), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a FAO apóiam os programas culturais e sociais do OJE.





I - Webinars

1.1. Interseccionalidade étnica

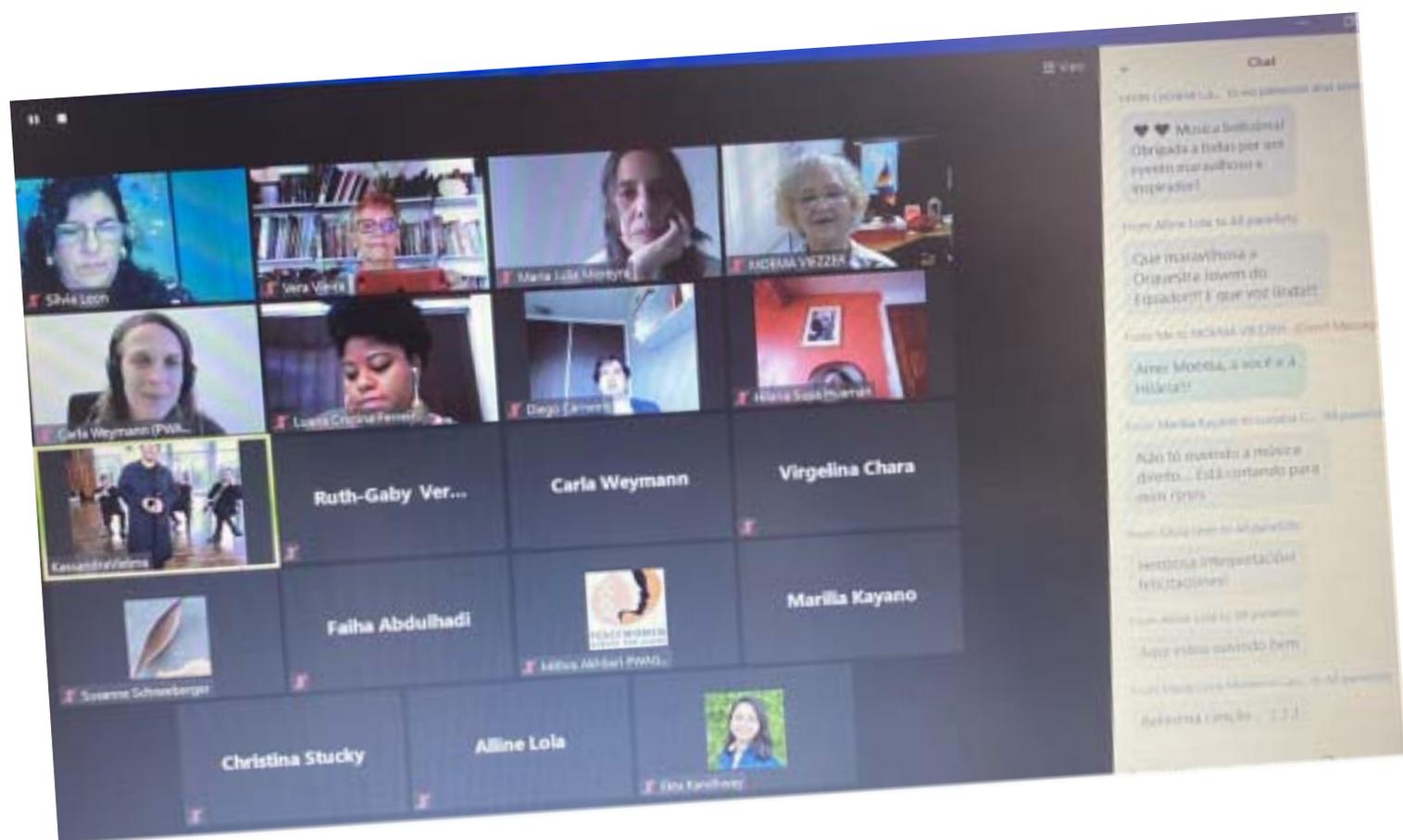
Abertura por Ruth-Gaby Vermot

Vice-presidenta da PWAG



Estou ansiosa para participar deste webinar da PWAG Feminismo na América Latina e Caribe, organizado por Vera Viera do Brasil e Maria Julia Moreyra da Argentina. Hoje aprenderemos mais sobre violência de gênero, a interseccionalidade de etnia e raça. Discutiremos sobre o impacto da violência de gênero nas populações indígenas e negras da região, grupos que são particularmente afetados pela violência, tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz.

Mas é claro que as pessoas mais afetadas são as mulheres. O objetivo é unir esforços na América Latina e Caribe, além de outras regiões, para alcançar a paz, segurança e justiça social.



HILARIA SUPA HUAMÁN, indicada ao Nobel da Paz 2005, é uma política peruana, ativista, líder camponesa e lutadora antirracista de origem quíchua. De 2011 a 2016 ela foi membro do Parlamento Andino. De 2006 a 2011, ela assumiu uma cadeira por Cusco no Congresso da República do Peru pela União pelo Peru, sendo a primeira congressista de origem andina a fazer juramento em língua indígena na história do Peru. Milhares de mulheres peruanas, especialmente mulheres pobres e indígenas, foram esterilizadas à força pelo governo de Fujimori (1995-2000). Ela denunciou esses fatos como uma líder. De 2016 até agora, ela tem se envolvido com a agricultura na comunidade camponesa de Hauyllaccocha.



A luta e resistência das mulheres indígenas da região Andina

Como congressista, pude lutar pela Lei de Igualdade de Oportunidades, que foi aprovada. Como presidenta da Comissão de Educação, participei da luta pela educação cultural, para que a língua quichua fosse respeitada como povos, como humanos.

Acho que é uma grande experiência o Parlamento Andino que permite encontrarmos as irmãs do Equador, da Bolívia, do Peru e da Colômbia para conversar com elas sobre nossos próprios problemas. E as mulheres no mundo enfrentam problemas semelhantes: violência, discriminação. As indígenas não são consideradas iguais às outras mulheres. Os problemas das mulheres, crianças e famílias devem ser ainda mais unificados. Quando uma mulher é violada, toda a família, o país e a comunidade são violados.

Ouvi o então presidente Fujimori dizer que a pobreza das mulheres no Peru ia acabar. Mas não foi assim. Hoje somos mulheres mais pobres no Peru.

Tem havido muitos abusos psicológicos e de direitos contra as mulheres, direitos humanos, racismo em relação às mulheres peruanas e camponesas e aos mais pobres do país. Denunciei esses eventos. Hoje o Ministério Público está apoiando o Poder Judiciário.

Espero que haja justiça. Esperamos justiça para as mulheres do Peru. Isso nunca deve acontecer em nenhum país do mundo. A família é destruída, isso leva à pobreza, as mulheres não são consideradas nas comunidades, são discriminadas por causa das esterilizações. Em 2006 entrei como Deputada da República. No Congresso tenho trabalhado muito, conseguindo aprovar leis contra a violência à mulher. Não podemos permitir o abuso de mulheres e crianças.





Defendemos os direitos de nossos povos quando Alan García [presidente do Peru entre 1985-1990 e 2006-2011] estava matando nossos indígenas em Bagua. Fomos expulsos do Congresso por defender os direitos humanos. Não importa, porque não queríamos que a violência continuasse com nossos irmãos, onde morreram vinte policiais e dez indígenas. Por defendê-los, eles nos retiraram do Congresso por quinze dias, mas tenho orgulho de ter defendido os direitos humanos. Não devemos permitir mais violência. Devemos sempre defender fortemente os direitos humanos, Pachamama, de não poluir a nós mesmos, nosso meio ambiente, nossa água para viver, para que nossos filhos possam sobreviver.



Também trabalhamos a questão do tráfico de mulheres, que é muito grave. Focamos também a interculturalidade dos povos indígenas. Muito tem sido feito contra a poluição ambiental, sobre a preservação da água, da agricultura, da sustentabilidade das pessoas. O papel da educação é muito importante. Sou uma mulher que nem entrou na universidade, mas conheci o suficiente sobre a situação das pessoas durante minha liderança. Eu me preparei na rua.

Estou grata por ver as mulheres aqui. A dor de um povo sempre me fortaleceu porque tenho problemas com a artrite geral. Tudo isso me fortaleceu para continuar lutando pelos direitos das mulheres. Hoje estou vivendo em comunidade, depois de terminar no Parlamento e no Congresso. Falo com vocês da Comunidade Hauyllaccocha, de Cusco, sobre a província de Anta.
Muito Obrigada!

MOEMA VIEZZER é brasileira, mestre em ciências sociais e educadora socioambiental.

É uma das 1000 mulheres indicadas ao Nobel da Paz 2005. Conhecida internacionalmente por seu envolvimento com o movimento de mulheres desde 1975, participou do início de diversos movimentos sociais e ONGs nas décadas de 1980 e 1990.

Ao longo de sua vida profissional, tem dado muitas contribuições para a Educação Popular, principalmente em relação a gênero e meio ambiente.

Seu último livro, escrito com Marcelo Grondin, seu marido, é sobre ABYA YALA! Resistência ao Genocídio- Sobrevivência dos povos das Américas (mais de 70 milhões de vítimas da conquista europeia).



Indígenas das Américas: uma história de genocídio, resistência e sobrevivência

A **justiça histórica** em relação aos povos originários ainda está por acontecer no território deste continente que começou a ser chamado de “América”, só a partir do início do século XVI (em 1507). Ocorre que a história tem sido narrada do ponto de vista dos conquistadores, como se a América começasse a existir só a partir do momento em que os europeus aportaram nestas terras, supostamente “descobertas” por espanhóis, portugueses, ingleses, franceses.

Na verdade, este território era habitado há milhares de anos e tinha muitas denominações: *Pindorama*, *Tawantinsuyo*, *Anauhuac*, *Abya Yala*, entre muitos outros. Na chegada dos europeus, neste território viviam mais 100 milhões de habitantes, numa grande diversidade de povos, idiomas, costumes e culturas milenares.

Vou falar sobre o maior genocídio da história da humanidade com mais de 70 milhões de vítimas entre os povos originários deste continente. O genocídio de um grupo humano por outro é, sem sombra de dúvidas, a maior evidência da tirania e da maldade que a ignorância e o desrespeito com a diversidade humana podem provocar. E ele aconteceu, em proporções colossais no atual continente das Américas, no período aproximado de 200 anos da colônia.

É uma história de terror que ultrapassa, em dimensão, todos os grandes genocídios ocorridos no mundo durante o século XX, como o extermínio de judeus da Alemanha; o dos armênios; dos tutsis em Ruanda; das minorias de Kosovo e Camboja. Para quem trilha os caminhos da Paz, este é um assunto prioritário, porque a Paz só pode existir no respeito e cultivo da diversidade entre os povos, sem exploração e opressão por parte de alguns grupos sobre outros.



Dois vocábulos: “América” e “Índios” representam duas das maiores violências simbólicas cometidas contra a diversidade dos povos originários. De um dia para outro, a partir da assinatura de um mapa, a palavra América varreu todos os nomes de territórios dos povos originários. Da mesma forma, de um dia para outro, o termo “índios” (que se referia simplesmente à região das Índias onde Colombo imaginava ter chegado) foi imposto como denominador comum de todos os povos, substituindo todas as denominações então existentes no território.

Esta invasão/conquista foi fortemente baseada no racismo estrutural da cultura branca então reinante na Europa, que permitia considerar inferiores quaisquer populações não brancas. Esta cultura racista fez os conquistadores se sentirem no direito de apropriar-se, à força, de territórios e bens, do trabalho e dos corpos destes seres que, inicialmente, sequer eram considerados humanos.

Esta visão chegava ao ponto dos chamados “índios” se tornarem objeto de estudo dos teólogos católicos para saber se sim ou não eles tinham alma. Então, era algo “natural” dominar estes povos “selvagens”.



Eram *quechuas, aymaras, mapuches, aztecas, tainos, zapotecas, mexicas, wari, terena, caiapó, krenak* e muitos mais. Eram nações organizadas, incluindo alguns reinados, com muita cultura.

O final do século XV, mais precisamente o ano de 1492, foi um divisor de águas na história do mundo. Foi quando Cristóvão Colombo atravessou o Oceano Atlântico e aportou nas ilhas do Caribe. A partir deste fato, a Europa - que era uma periferia do Oriente para onde se dirigiam os mercadores em busca de riquezas como ouro e prata, sedas, especiarias e outros -, transformou a si mesma no “centro do mundo”, dando início a uma história de reiteradas invasões deste continente promovidas principalmente por espanhóis, portugueses, ingleses e franceses, incluindo numerosas guerras para dividir os territórios entre os conquistadores, sem consideração nenhuma aos arranjos territoriais existentes entre os povos originários.

As variáveis desta dominação da raça branca foram muitas: a **escravidão**, principalmente nas minas de ouro, prata e mercúrio; a **fome**, pela apropriação das terras que abasteciam as populações originárias; a **exaustão** pelas marchas forçadas para mudar de um território para outro, levando à morte muitos dos que não conseguiam acompanhar; as **epidemias** - de varíola, sarampo, gripe, difteria, cólera, escarlatina - que eram doenças de brancos para as quais os indígenas não tinham resistência; **as matanças que aconteciam** por qualquer motivo; as **guerras** promovidas pelos brancos que, por terem armas mais poderosas (lanças, cavalos, canhões) conseguiam vencer as nações originárias que revidavam com arcos e flechas; **as batalhas** promovidas pelos nativos para defender-se de novas ocupações.

As crianças foram alvo especial da colonização, principalmente nos Estados Unidos e Canadá, onde milhares foram arrancadas de suas famílias e levadas a pensionatos onde eram obrigadas a desfazer-se de suas roupas típicas, trocar seu nome por um nome cristão, esquecer seus costumes, idiomas e tradições espirituais.

As mulheres que passaram pelo holocausto colonial tiveram tratamentos genocidas especiais “por ser mulher”.

No caso da escravidão nas minas, elas eram obrigadas a andar muitos quilômetros, por vezes dias, a pé, algumas com crianças ao colo para servir os trabalhadores e também os senhores buscando alimento nos arredores e preparando comida para todos. Outras eram obrigadas a ficar no território para trabalhar para os senhores, separadas dos maridos que morriam dentro da mina ou retornavam completamente esgotados.

Entre os colonizadores, era um hábito comum estuprar mulheres e meninas adolescentes. As doenças graves e a morte massiva de mulheres foi um elemento a mais no extermínio dos povos originários.

Importante lembrar: os conquistadores eram cristãos – católicos ou protestantes. E era “em nome de Deus e do rei” que avançavam nos territórios, carregando a cruz em uma das mãos e a espada na outra.





Alguns heróis e heroínas desta resistência indígena no período colonial são lembrados na história do continente. A título de exemplo destacamos a rainha Anacaona do Caribe, referência importante da vontade de diálogo dos nativos com os espanhóis, e o último bastião da resistência do povo taíno. Traída pelo governador espanhol Nicolás Ovando, acabou sendo enforcada no local onde ela tinha preparado uma recepção para ele, enquanto seus súditos eram queimados vivos dentro do recinto. Nos países andinos é particularmente lembrada a aymara Bartolina Sisa que, juntamente com Tupaj Katari dirigiu a revolução indígena-camponesa de 1781-1783, tendo ela mesma comandado o cerco da cidade de La Paz durante 3 dias, o que lhe valeu ser esquartejada. Mas, a história oficial escrita por homens está longe de dar o merecido reconhecimento da contribuição das mulheres na resistência indígena.



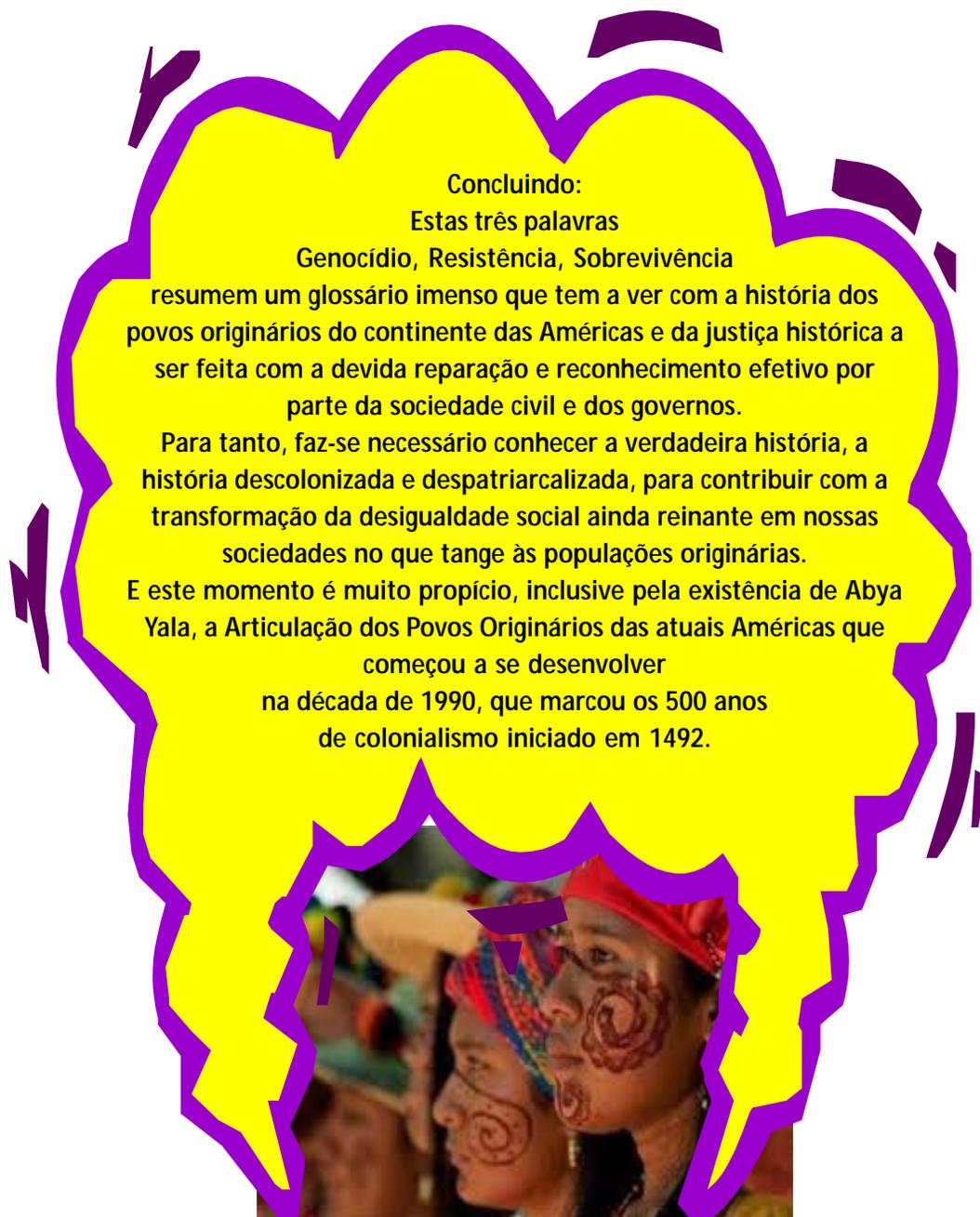
Nos últimos anos, particularmente desde o final do século XX, a presença feminina tem aumentado significativamente nas organizações que promovem a resistência para a sobrevivência dos povos originários. Wilma Mankiller foi uma das primeiras caciques da nação Cherokee a trazer importantes contribuições para a valorização da cultura dos povos originários e da participação ativa das mulheres nativas nos Estados Unidos. Outro exemplo, conhecido internacionalmente, é a organização das mulheres na organização Zapatista do México, com programas para mulheres nas áreas de educação, saúde, acesso à terra, liderança. Algumas, inclusive, integram o Exército de Liberación Nacional como a Comandante Ramona e a Comandante Ester.

Nos Andes, há alguns anos as mulheres indígenas vem desenvolvendo, a partir de sua reflexão e ação, a proposta de

“feminismo comunitário antipatriarcal”.

Não por acaso, várias mulheres indígenas fazem parte do Senado da Bolívia no qual 51% são mulheres de várias classes e setores sociais. Nos Brasil, mulheres indígenas têm projetos agrícolas e culturais próprios que desenvolvem nas florestas, participam na promoção da educação indígena cultural, ao mesmo tempo que mais e mais mulheres indígenas têm acesso à universidade e retornam aos seus territórios para contribuir com suas comunidades em diferentes áreas. Algo recente é a liderança feminina da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), na pessoa de Sonia Guajajara que foi, inclusive, candidata à vice presidência do país.

Precisamos **aprender a conviver** com os povos originários e com as populações negras também discriminadas e oprimidas secularmente - numa relação de reciprocidade, sem dominação e discriminação de cor/etnia, sexo e identidade sexual, idade, território, religião, cultura...



O DEBATE COM HILARIA SUPA HUAMÁN

Flávia: Como você vê as eleições de amanhã e o que está em jogo para as mulheres do Peru, em particular para as mulheres indígenas?

Hilária: *Vejo que as eleições no Peru serão bastante difíceis. Devido à pandemia, muitas pessoas não pensam nas eleições. Há muita violência, crise econômica e social. Desta vez, temos que ver se uma mulher pode entrar e ser presidenta, porque em muitos países sempre elegemos um homem. E se falamos de oportunidade para as mulheres, se falamos dos direitos das mulheres, então, na prática, também devemos dar esses direitos. Muitas pessoas vão anular o voto por causa de quão difícil é a situação. Isso é muito preocupante. Para mim, particularmente, porque falei com muitas mulheres, homens, jovens e eles me disseram: "Não sei em quem vou votar". Eu falei: tem que votar em mulher, porque tem dois candidatos. Vou votar em Beoni e não em Fujimori. Sinto muito, mas é assim que as coisas são. Tomara que a Pachamama acompanhe e dê força para o candidato. Se for um candidato do sexo masculino que conhece o seu povo, tudo o que a pandemia trouxe, pobreza, miséria, violência nas casas, nas ruas. Só pedimos a Deus e à Pachamama muita força, oportunidade e que estejamos cientes de que devemos eleger um bom governo.*



Luciana: Como as mulheres, ao serem eleitas oficialmente, articulam suas propostas em conjunto para que se tornem realidade?

Participante 3: Sou estudante de doutorado e estou aprendendo sobre a cultura andina. Pergunto que tipo de resistência você experimentou quando era deputada, porque este espaço político sempre foi dominado por homens brancos ou mestiços? Como você resolveu esse tipo de resistência?

Hilária: *É muito difícil atuar na política, mas é preciso ter força para articular as propostas que uma mulher indígena apresenta. Devem ser propostas para defender as pessoas e os direitos. Nisso temos articulado muito e tem havido apoio para que os projetos sejam aprovados.*

Resisti à discriminação racial. Por exemplo, quando os congressistas prestam juramento, eles nos obrigam a prestar juramento duas vezes. Eu disse que não iria xingar, ser falsa. Vou prometer e jurar na minha língua. O que quer dizer? Em palavras indígenas, se afirma: "Não seja uma mentirosa, não seja uma ladra, não seja preguiçosa, não seja uma serva de ninguém." Foi assim que jurei, pois as pessoas devem expressar seus próprios sentimentos. Acho que desde então também ganhei um pouco de respeito, mas sempre houve discriminação. Tive que mostrar força para não recuar, para não calar a boca diante de qualquer discriminação, sempre defender a mim e ao meu povo. Tem sido muito difícil, mas graças aos irmãos e irmãs que também nos ajudaram nas cerimônias ancestrais, pudemos abrir as cerimônias na Plaza de Lima. Queremos que nosso povo não seja atropelado, discriminado, que mulheres e meninas tenham as mesmas oportunidades que qualquer ser humano. Assim resisti, graças também às pessoas que me acompanharam no gabinete, assessores/as e secretárias.



O DEBATE COM MOEMA VIEZZER

Participante 4: Como você vê os efeitos das políticas de morte do atual governo? Quais as consequências para a população originária e para o país no futuro próximo? Como combatê-las?

Moema: Honrar a inclusão da questão racial principalmente aqui na nossa América Índio, Afro, Latina, tem sido muito importante trabalhar para colocar a mão na ferida, o que foi e o que é a resistência, a sobrevivência ao genocídio dos povos indígenas, originários das Américas. Acabou com mais de 70 milhões de vítimas entre os povos originários do Continente Americano, particularmente as mulheres estão mudando e descolorizando o que foi a nossa história. O genocídio é a maior evidência de tirania, de maldade, a ignorância e o desrespeito nas diversidades que a humanidade pode provocar. No atual continente das Américas é uma história de terror que ultrapassa todos os genocídios que tivemos. Esse assunto é prioritário, para quem trilha o caminho da paz. A justiça histórica, ainda está por acontecer. O genocídio é um momento de chorar, mas também de celebrar novas conquistas e tempo também de aprender dessas sabedorias ancestrais. É de extrema importância essa emergência das mulheres dos povos originários, que trazem a fala, o saber, a capacidade de diálogo, inclusive com a população branca. Isso faz com que caia por terra a realidade de que "uma mulher tem que virar um homem, para que sua fala seja ouvida".





I - Webinars

1.2. Interseccionalidade racial

LUANA CRISTINA FERREIRA DE OLIVEIRA
é Professora, Coordenadora Pedagógica,
Vice-Presidenta do Instituto Lélia Gonzalez,
Militante em defesa do ser humano desde os 16 anos, Artista,
Neta de Mercedes,
Filha de Vanize
e Mãe de Miguel.



Mulheres negras: interseccionalmente vulneráveis

A youtuber Gabi Oliveira, que tem o canal “Das Pretas”, fez um vídeo que viralizou falando da beleza de seus traços negroides e o quanto esses traços que são orgulho nos dias de hoje, foram motivo de dor e sofrimento em sua infância e juventude. Sou um pouco mais velha que Gabi e cresci em um mundo onde todos os referências de beleza eram brancos, o exemplo de beleza e sucesso era a Xuxa, a Angélica.

Obvio que de forma consciente não entendia o que significava ser o oposto desses ícones dos anos 90. Hoje percebo que não perceber que meu fenótipo não era sinônimo de beleza, somado a uma adolescência vivida em uma escola privada com pouquíssimos negras, causou um rombo na minha autoimagem, fazendo com que nunca me sentisse bela, nem desejada ou acolhida.

Há alguns anos, venho pesquisando sobre a minha condição de mulher negra, e descobri que a minha condição não é minha, mas sim de um coletivo, pois a força da resistência que me move também vem de um coletivo, que é contemporâneo e ao mesmo tempo muito ancestral. Percebo que nós mulheres negras somos atravessadas por várias opressões socialmente construídas. Muitas mulheres me ajudaram a pensar nessas opressões, as da minha família e as estudosas. Carla Akptoreme em seu livro diz que a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-hétero-patriarcado. Refletindo sobre a obra de pensadoras, entendi que a mulher negra vive uma vulnerabilidade interseccional, já que por elas serem alvo dessas várias opressões, o grau de vulnerabilidade delas aumenta significativamente.





Vamos pensar as vulnerabilidades em cinco dimensões: a autoimagem e a autoestima, as relações afetivas, a saúde física e mental, as violências e a desigualdade de renda.

Somos muito excluídas, humilhadas e ofendidas. Temos um vazio enorme em nossos peitos, mesmo estando cercadas por uma multidão. Então, qualquer, mas qualquer proposta que prometa nos tirar deste inferno que é ser uma mulher negra no Brasil, é uma esperança.



Em consequência, desenvolvi uma insegurança e um olhar totalmente distorcido para e sobre mim. Sei que ao contrário de mim, amigas negras de pele mais clara e corpo “padrão” eram hiperssexualizadas, olhadas como objetos mas nunca como o ser a se apaixonar ou apresentar para a família. Ana Paula Xangai fala de forma forte e direta que essa solidão da mulher negra começa muito cedo. Em seu vídeo “Tenho pressa”, ela mostra a foto de sua filha excluída pelas meninas de seu condomínio no playground enquanto se divertem, e a dor que isso lhe causou.

Obviamente essa solidão e rejeição não passariam sem deixar terra arrasada em nossa saúde física e mental. A autoimagem negativa, a falta de afeto, o preterimento da infância, assim como o descrédito, e a eterna desconfiança em nosso potencial, criam em nós uma insegurança e uma dificuldade de questionar os tratamentos que recebemos, por exemplo nos serviços de saúde. Jurema Werneck explana muito bem, como nós mulheres negras, somos os maiores alvos de violência obstétrica, como nossos filhos são as maiores vítimas das mortes na infância.

No vídeo “Mulheres Negras no SUS” [Sistema Único de Saúde do governo federal], ela conta como na busca pela causa da morte precoce de crianças no pós nascimento, descobriu-se que a maioria era de crianças negras. Mostra também o quanto somos maltratadas em um momento de extrema vulnerabilidade, que é a gestação e o parto, ou mesmo na busca de um médico, para nos ajudar a eliminar ou minimizar uma dor. Saímos do consultório com a dor do racismo somada à dor inicial.

Se buscarmos também as notificações de violência contra mulher, perceberemos que esta vem diminuindo quando se trata de mulheres brancas, e aumentando quando se trata de mulheres negras. Somos alvos da violência sexual, da violência patrimonial e da violência psicológica que nos acompanha desde a mais tenra idade. Vemos nossos filhos serem agredidos e assassinados por agentes do estado, ou pela falta de ação do estado com relação a violência.



Precisamos entender que a luta contra a opressão é coletiva, e perpassa pelo entendimento dos privilégios. Reconhecer privilegio e não se calar diante de uma situação de opressão são algumas estratégias possíveis para mudarmos a sociedade cis-hétero-patriarcal em que vivemos.



VIRGELINA CHARÁ é colombiana, ativista, defensora dos direitos humanos e integrou a indicação coletiva das 1000 Mulheres ao Nobel da Paz 2005.

Tem se dedicado a fortalecer os processos sociais das pessoas vítimas do conflito armado, mulheres, famílias e inúmeros seres humanos, transformando suas vidas por meio do projeto da memória.

Ela é a líder do Sindicato das Costureiras com presença em vários países, onde "a memória fica na memória".



Costurar a paz da população colombiana e enaltecer sua Memória

A Colômbia vive um conflito desde a invasão europeia. Daí herdamos o conflito nas Américas que a Grande República tem a ver com isso. Depois vem o conflito interno do país como tal: violência partidária, que continua afetando mulheres e mulheres negras. Essa violência que atinge a comunidade negra atinge em geral, a família, o conhecimento, o território. O fato de ser negro é território. Somos território onde estamos, para onde vamos e levamos essa memória e esse saber ancestral, levamos-os aos espaços onde chegamos.

Somos vítimas de um megaprojeto que é investimento estrangeiro, que são usinas hidrelétricas. Vão desocupar um território inteiro em nome de um desenvolvimento, que não dignifica nem ajuda às comunidades, muito pelo contrário. E quem mais regride são as mulheres. Porque homens são assassinados e as mulheres ficam com o fardo da família e o fardo da família de seu marido.

O megaprojeto estrangeiro de hidrelétrica provoca o deslocamento 6.650 famílias atingidas e privadas do território, dos pertences, da parte econômica, política, social e cultural.

Resta-nos, depois de sermos proprietários, ser inquilinos.

O que conseguimos é engrossar os cordões da miséria nas grandes cidades, invadir, ou apelidar erroneamente as "tomadas" do território para recuperar um pequeno espaço para uma casa de 10 metros quadrados.

Começamos a ver isso depois do sequestro, do tráfico transatlântico e da catação de negros na África para espalhar por todo o mundo. O negro africano se espalhou pelo mundo. Os megaprojetos são o segundo genocídio cometido contra os negros na Colômbia.





Estamos propondo que, no mínimo, possamos transformar a educação, transformar esse modelo político e educar os governantes que vamos eleger para liderar nosso país. O modelo para sermos capazes de nos transformar é aquele que peçamos a paz, que cesse a violência. Em nossos países devemos influenciar e tocar o modelo político, econômico, social e cultural. Temos que alterar o modelo que nos aperta, que arruína todo o mundo. O que a Colômbia tem é o que o Brasil, o Equador, a Venezuela, os Estados Unidos, a Bolívia, a União Européia, a China, Israel têm.

Somos tantas mulheres no mundo, e temos que ser capazes de nos unir para mudar.



Então dizemos a partir daí que o conflito é um desenho estratégico do governo para levá-lo ao território. Os negros, os estrangeiros, os camponeses não têm conflitos no território. O governo lidera o conflito por meio de um megaprojeto, por meio de uma estratégia econômica, política, social e em nome da cultura que é onde os grandes abusos e violações de direitos são cometidos nas comunidades e na vida das mulheres. Por isso, desde Aso Mujer y Trabajo propomos uma série de estratégias diferentes. E entramos na política porque tem uma série de contradições quando não se vai compartilhar a corrupção e a decomposição que se trava internamente.

Falo da Colômbia, não incluo os outros países. A política eleitoral não é meu interesse como mulher, nem como processo. Eu me interesso por uma política social onde possamos gerar conhecimento, onde mulheres de um mínimo gerem autonomia, quando mulheres de uma coisa pequena podem gerar uma grande coisa. Que a partir de pequenas coisas, as mulheres que são capazes não podem continuar dizendo "Eu não sou capaz". Isso é uma mentira.

O discurso deve ser consistente com meus fatos. Se eu disser que as mulheres não podem continuar a ser violadas, como os direitos das mulheres são cumpridos? Como os direitos das mulheres podem não continuar a ser violados? Eles devem ser restaurados. Então, eu, como Virgelina Chará, devo trabalhar para todas as mulheres e não só para as negras. Sabemos que não estamos em posição de as mulheres negras competirem com outras mulheres, mas se quebrarmos, passamos a nos incluir e a sentarmos todas juntas. E nesse dia estaremos nos transformando. Quando começamos com a Caixa de Costura, começamos apenas para as vítimas. Mas a Colômbia tem uma violência de mais de 250 anos, que um só colombiano diz não ter uma morte em um conflito tão longo em seu grupo familiar.

Em 1903, na Colômbia, falava-se de falsos positivos, ou seja, execuções extrajudiciais reconhecidas em 2006, o que é mais vergonhoso. Defensores, dirigentes e camponeses foram assassinados a vida inteira, não agora quando fazem todo o mundo acreditar que é a partir do surgimento das FARC. Queremos que seja contada toda a violência ocorrida no período de 1900 até 2020,



As mulheres no mundo e na Colômbia estão em uma luta que é costurar e vestir o Palácio da Justiça com a Memória de todas as vítimas colombianas, mas percebemos que as políticas têm como objetivo nos cercar, provocar a luta de umas contra as outras.

Não se pode falar de memória só das vítimas reconhecidas na Lei 1448, que é de 2011. Houve o massacre estudantil em 75, que foi tudo migração, tudo que tem a ver com as fronteiras latino-americanas dos colombianos.

Em 1900, ocorreu a primeira violência contra os indígenas da Amazônia, o Massacre dos Gaúchos. A Amazônia peruana e colombiana que começou em 1909 e culminou em 1929 junto com o massacre das Bananeras.



O DEBATE

➡ **Aline:** Não tenho como deixar de falar da política genocídica, que está acontecendo em nosso País. A política dele, é uma política de morte que como as populações mais vulneráveis são como alvo nas costas. Não podemos nos omitir a isso. Em meio à pandemia as mulheres mais afetadas são as mulheres negras.

A ancestralidade é muito importante para a gente conseguir avançar é muito importante essa nossa discussão sobre as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres negras e temos que continuar nessa luta todos os dias.

➡ **Virgelina Chará:** É isso Virgelina, para mudar a nossa realidade, é necessário mudar o modo político e econômico. AXÉ e LUTA

➡ **Luana Cristina:** É muito importante falar sobre a violência obstétrica. A mulher negra é considerada muito forte, então pode aguentar a dor do parto. Quem mais morre, é a mulher negra, é uma questão histórica, resultado do processo da escravização. Carregavam seus filhos nas costas e cria-se um imaginário de uma mulher forte, mas geralmente morrem após o parto.





I - Webinars

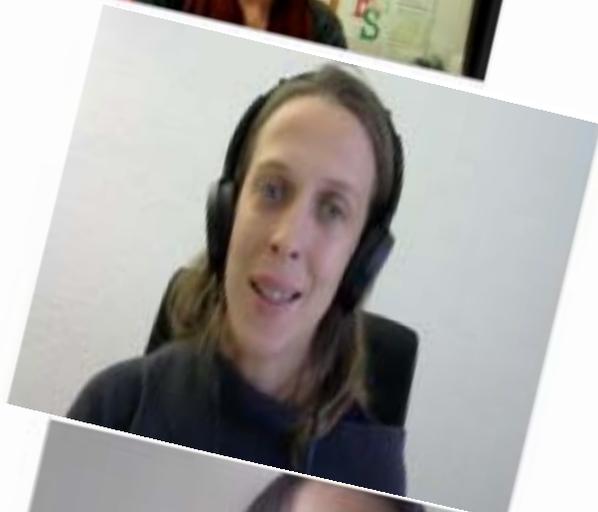
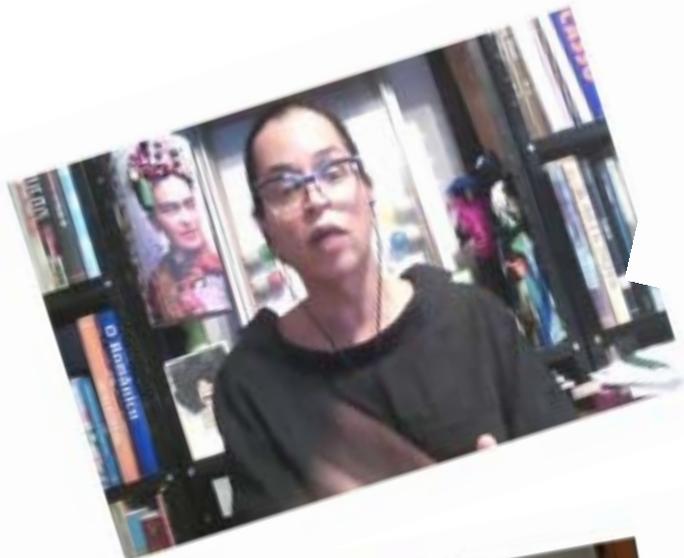
1.3. Interseccionalidade trans

Abertura por Kin Chi Lau, membro da diretoria da PWAG e professora em Hong Kong



Sou também coordenadora da Universidade Internacional pela Sustentabilidade, então, já faz 18 anos que temos trabalhado em temas que impactam as mulheres, as diferentes formas de violência como a doméstica, a religiosa, assim como outras temáticas que impactam a vida delas em suas comunidades.

Quando olhamos para a América Latina, vemos problemas de mineração, poluição, etc, mas também uma tragédia séria que é a questão da violência contra a mulher. Hoje vamos focar a interseccionalidade transgênero. O que vemos é o descaso das instituições, da polícia. E quem comete a violência, normalmente é o homem que está próximo dela, marido, namorado, companheiro... Vamos falar sobre todas essas formas de violência, mas também como as mulheres têm mantido uma luta incrível contra a violência.



NEON CUNHA, mulher, negra, ameríndia e transgênero questionando a branquitude tóxica e cisgênero. Uma das vozes mais reconhecidas na despatologização das identidades trans no Brasil e a primeira mulher trans a denunciar a violência na OEA (Organização dos Estados Americanos). Integra diversas iniciativas e espaços como ativista independente, entre elas a Marcha das Mulheres Negras de São Paulo e como patrona da Casa Neon Cunha, espaço de acolhimento LGBTQI no ABC Paulista.



As marcas identitárias que nos desconectam

Naturalizamos o categorizar, o identificar a partir das normas, desde muito cedo, ainda crianças no processo de aprendizagem o fazemos, seja para um objeto ou para pessoas. Infelizmente muitas vezes ficamos presas na busca da classificação para alguém e em generalizar esse rótulo ou termo para qualquer pessoa que possa ser semelhante ou parecer com o termo encontrado.

É nossa responsabilidade aprofundar esse entendimento e ir além de certos tipos de pessoas como sendo apenas *trans*, a fim de apreciar a totalidade que determina uma existência. Dito isso, gostaria de colocar esse aprofundamento em prática ao discutir minha própria identidade como mulher negra, ameríndia e transgênera.

Adoto essa apresentação de todo o coração. Eu amo ser quem eu me tornei. Mais especificamente, adoro a

A singularidade e a complexidade do indivíduo podem se perder na aplicação de um rótulo. Quer se trate de raça, idade, religião, identidade de gênero, orientação sexual, status socioeconômico ou saúde mental e bem-estar... aprendemos a codificar, para dar linguagem e compreensão ou mesmo para a exclusão. Comentários como "Ela é velha", "Ele é de determinada religião", "Ela é uma estrangeira", "Ele é pessoa com deficiência" e "Ela é trans" podem ser usados para explicar a identidade de alguém.



cor da minha pele, minha identidade de gênero e a cultura resultante das minhas ancestrais negras e indígenas. No entanto, tenho que ter cuidado para que o que digo, o que faço e o que sinto não seja retratado como algo que é automaticamente verdadeiro e

universal para cada pessoa, em especial as transgêneras. Eu não falo por todas. Não há como representar o ponto de vista ou perspectiva de cada pessoa trans; é preciso reconhecer a composição multicultural de cada pessoa.

“Cissexismo” é o neologismo usado para condensar duas ideias colonizadoras, em que uma opera enquanto norma governamental (cisgeneridade) e a segunda atua enquanto caráter de dominação, hierarquização e inclusão de diferença (sexismo). Estes dois conceitos vão agir sobre processos de exclusão sobre o corpo que escapa da crença de que o gênero de pessoas cisgêneras é, de alguma forma, mais legítimo que

aquele de pessoas transgêneras.

O reconhecimento do Brasil como o país que mais assassina e violenta pessoas que fogem das normas impostas pela cisgeneridade e heteronormatividade, somado à interseccionalidade da raça, classe e gênero, constituem uma junção de fatores que ampliam graus de exclusão e desumanização de muitas vidas.

Independente da condição social em que uma pessoa trans e negra se

encontra, o tratamento geralmente é o mesmo: variando de microagressões, racismo e cissexismo absoluto, desconfiança e intriga, além da segregação moderna (ou aceitação, mas à distância). No entanto existem tantas experiências diferentes. A cultura brasileira de hoje para a mulher negra, embora não seja a mesma que os dias cruéis da escravidão, ainda contém os elementos do racismo, perigo, opressão e injustiça; para uma mulher trans a dimensão vai desde a anulação de sua existência no questionamento da veracidade do seu gênero quanto em uma morte violenta e brutal. No nível mais simples, somos seres humanos que desejam a liberdade de simplesmente ser nós mesmas: ser conhecidas, ouvidas, amadas, apreciadas, gentilmente desafiadas a crescer, responsabilizadas, celebradas, valorizadas e ter a oportunidade de oferecer as mesmas coisas que desejamos para as outras pessoas. Por outro lado, também estou muito motivada por aquelas que não se parecem comigo, que se reconhecem como cisgêneras, que estão em busca da justiça, igualdade, paz e amor e que se questionam se seu feminismo também inclui uma abertura para abraçar, amar, acolher e tratar pessoas trans de forma igual.

Ser trans e negra, ainda que de pele clara, no Brasil, traz desafios que envolvem sobrevivência e prosperidade. Soma-se a isso, o conflito de ter ultrapassado, hoje com 51 anos, a média de vida de 29 anos estimada no último dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - Antra. Eu reconheço que tem havido dificuldades nascidas do preconceito de outras pessoas contra pessoas com esta identidade, e apesar de toda opressão, também reconheço que essas dificuldades formaram uma mentalidade resiliente de pessoas, como eu, cheias de sonhos, esperança e determinação.



CAMILA GODOI, 49 anos.

Engenheira Química formada pela Unicamp, após 21 anos de carreira docente no ensino superior de engenharias e no ensino médio, deixou as salas de aula para integrar, em 2017, a banda Clandestinas, onde atua como contrabaixista, compositora e cantora.

Como roadie e/ou diretora de palco, integra as equipes técnicas de Johnny Hooker, da Orquestra Jabaquara e do Girls Rock Camp Brasil.

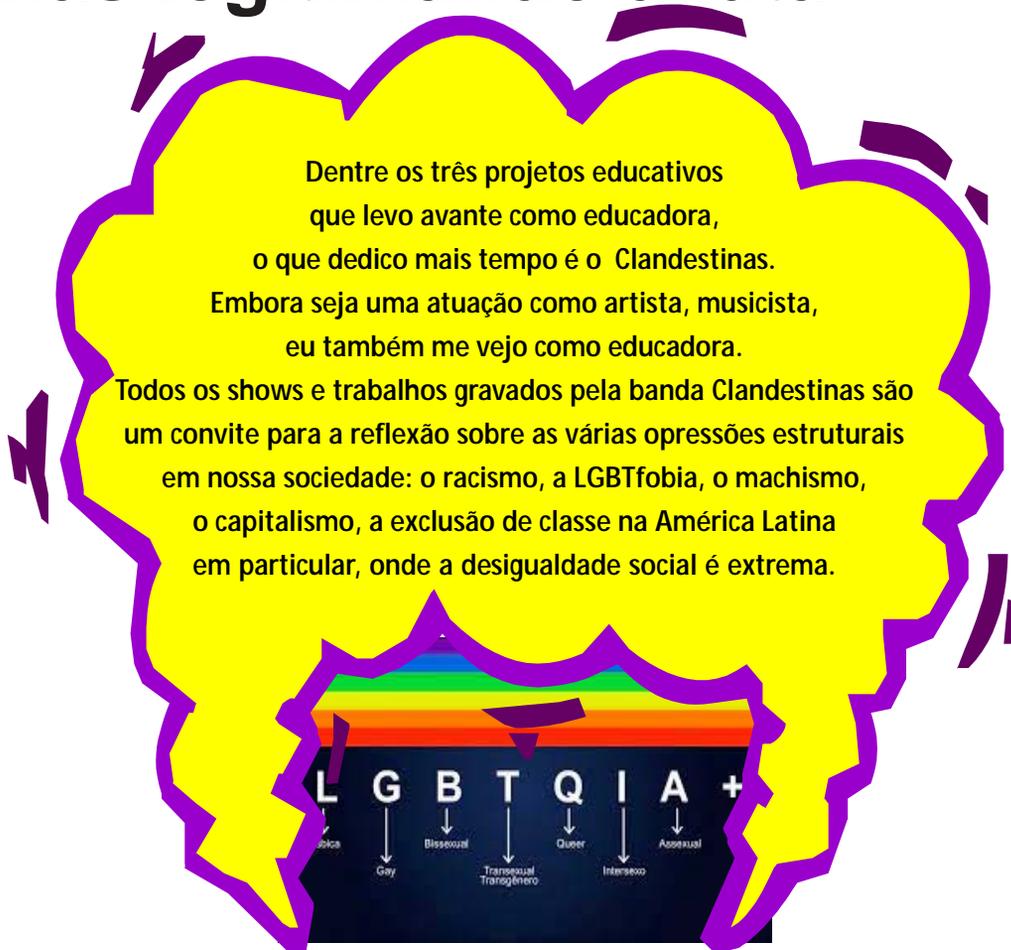
Como educadora, atua no curso de formação feminista de Promotoras Legais Populares (PLPs) e em alguns cursos do Girls Rock Camp Brasil.



As clandestinas legitimando a luta LGBTQIA+

Deixei as salas de aula para continuar trabalhando como educadora em três projetos que são essenciais na minha vida. Um deles é o acampamento *Girls Rock Camp Brasil* que é uma coisa que acontece no mundo inteiro, uma rede de mulheres musicistas que montam acampamento, acolhendo, durante uma semana, meninas menores de idade, ou mulheres adultas, pessoas que nunca tiveram contato com a música. Fazemos oficinas, criamos bandas entre essas mulheres. Aí, no sábado, elas apresentam uma música que elas criaram ao longo da semana. Tem uma abordagem feminista de fortalecimento, a música é para trazer o feminismo, trazer novas redes e fortalecer essas mulheres.

Outro projeto em que atuo como educadora é no curso de formação feminista de Promotoras Legais Populares, as PLPs, principalmente no meu território, em Jundiaí, que é uma cidade pequena do estado de São Paulo.



Nos anos de 2017 e 2018, eu participei também como coordenadora. Às vezes, contribuo nos cursos na capital paulista ou em Campinas, onde há um grande intercâmbio entre as PLPs. O terceiro é o Clandestinas.

As pessoas LGBT precisam esconder

as suas vivências para continuarem vivas, não podem nem se assumir publicamente. O trabalho da banda remete a essas vivências.

O próprio nome Clandestinas também remete a algo que é muito importante que é a luta pela descriminalização do

aborto. Trata-se de uma pauta essencial para nós clandestinas, que somos muitas mulheres aqui no Brasil, porque ainda morremos em clínicas de aborto clandestinas e ilegais.

Eu falo de um lugar bastante privilegiado de ser lida e interpretada, como uma mulher branca num país extrema-

mente racista, como o Brasil. Tive um privilégio de classe, acesso a uma universidade mundialmente reconhecida, que é a UNICAMP, atuei como professora universitária, fiz pós-graduação. Tudo isso reflete privilégios de classe em nosso país.

E o privilégio de me assumir publi-

camente, estar inserida numa rede de mulheres feministas, fantásticas. Então, desde o começo quando eu me assumo publicamente, eu pude contar com essa rede de apoio de mulheres feministas na qual eu estou inserida, no meu território em Jundiá.

Com certeza a banda Clandestinas é a minha família principal nesse momento, assim como as PLPs e outras redes de mulheres .

Sendo uma mulher transexual e lésbica, a minha vivência tem essa capacidade de convidar as pessoas a refletirem sobre a diferença do que é a identidade de gênero de uma pessoa e o que é sua orientação sexual, para onde o seu afeto o seu desejo está orientado. E eu, como educadora, nas palestras, rodas de conversa, oficinas, acho que sempre promovo essa minha vivência e convido as pessoas a refletirem sobre isso.

O Brasil é um País extremamente leobosfóbico, transfóbico, machista. E tem uma percepção minha que estou refletindo recentemente, principalmente depois dos trabalhos da Sílvia Frederich e da Fábria Biroli. Aqui no Brasil, embora o capitalismo não tenha cri-

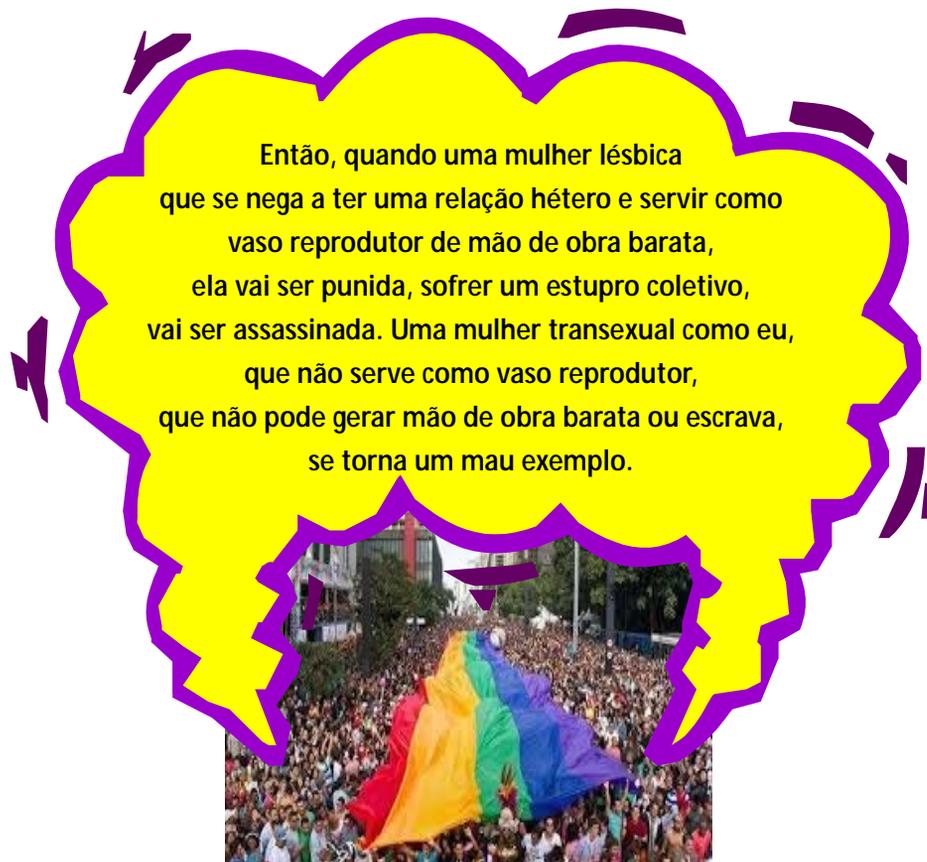
Agora falando um pouco da minha vivência como uma mulher transexual e lésbica, transgênera, sapatona convicta, ao longo desses 49 anos de vida, teve um período que eu também precisei ter essa vida clandestina. Eu não tinha mais estrutura, uma rede de apoio e um espaço ao me apresentar ao mundo como eu realmente sou e sempre fui. Eu precisei viver nessa clandestinidade em termos de gênero e orientação sexual. Foi um longo período de muito sofrimento em minha vida.



ado esses preconceitos, ele vem junto com o patriarcado, isso fez com que se tornassem muito mais intensas as violências machistas e LGBTfóbicas. Para mim, isso tem a ver com o capitalismo e o patriarcado que esperam que as mulheres, principalmente dos países periféricos, sejam como vasos de mão de obra barata, ou escrava.

Um homem que deixa seus status privilegiado para se “rebaixar” ao status de uma mulher e ainda não serve para reprodução, tem que ser morto na visão perversa do patriarcado e do capitalismo. Se servisse ainda poderia ser utilizada em alguma escala produtiva. A exploração capitalista também depende muito da relação da apropriação do valor, do trabalho não remunerado de mulheres na produção de novas trabalhadoras e na manutenção através do cuidado de utilidades domésticas. E quando nós temos uma vivência que foge da hétero, a gente, rompe, a gente questiona, a gente cria fissuras na denominação do capitalismo e do patriarcado, por isso que temos uma resistência muito grande.

No Brasil, na América Latina, essa relação neoconservadora aliada a grandes



capitalismos e fundamentalistas religiosos, católicos e evangelhos, protestantes, tem como “pauta principal” a defesa de uma família heterossexual, cisgênera e voltada exclusivamente para fins reprodutivos. Fortalece-se essa família para reproduzir mão de obra e para se encarregar do cuidado. E quem vai cuidar das crianças, dos doentes, das pessoas velhas? A família cuida disso e o Estado não tem que se

preocupar, não tem que prover esse bem estar social. Minha leitura é marxista; um feminismo que observa as implicações, as opressões estruturais que nós mulheres, que nós pessoas LGBTs que sofremos com a maximização a exploração capitalista a partir das implicações com o patriarcado.

Estou muito feliz e muito emocionada em estar aqui com vocês; me sinto mais forte para lutar e resistir.

ROXANNE ATHIANY LARIOS ZUNIGA

**é nicaraguense
e vive na Costa Rica.**

**É Feminista
e Defensora de Direitos Humanos.**



A luta contra o desenraizamento da população trans

Começo com a apresentação dos slides. Observamos um grupo de meninas de um grande departamento da Nicarágua, Masaya. Uma das coisas que tem sido feitas na América Central é adaptar e treinar meninas trans em seus direitos humanos, e informá-las e ensiná-las que parte da lei ou das normas legais de seu país as beneficia ou pode afetá-las.

A certa altura sufoca, a caixa de querer se encaixar no que o sistema comanda é menor e eu disse não no dia 12 de maio de 2008. Comecei a me envolver mais com o ativismo LGBT. Ainda não sabia muito, ouvia marchas de movimentos feministas na televisão, mas me envolvi mais com o ativismo LGBT e comecei a investigar as normas jurídicas do meu país, a Nicarágua. Comecei com a Constituição, as principais regras que se discutem, levantadas nos protestos, nas marchas. A Constituição é a principal norma que rege as outras leis e descobri que não havia nada. En-

Eu, por exemplo, me envolvi no ativismo a partir de 2008. Não tenho um ótimo currículo de estudos, mas fiz contabilidade para sobreviver e ajudar minha família antes mesmo de adotar essa identidade que a princípio falei: "Eu, vestir-me de mulher e andar na rua? Não, não, não!" E aqui estou quase 20 anos depois. Trabalhei como contador e sempre tive medo de que algo me pudesse ser dito, discriminado ou prejudicado por me expressar. Sempre escondi minha orientação sexual e me escondi na identidade masculina, mesmo sem ter o estereótipo de homem - forte, suado, etc.



tão, me dediquei a essa parte de ensinar aos meus companheiros que não há nada que os limite, que os faça viver no escuro ou no submundo.

Camila, como eu que tenho 43 anos, somos sobreviventes. Nossa expectativa de vida média é de 35 anos, quase a idade de Cristo. E isso no máximo, ou se não te matarem como Neón co-

mentou na rua, ou você acabar sofrendo de uma doença sexualmente transmissível, porque o único trabalho que te deixam para sobreviver é o trabalho sexual. Eu seria o começo do que Camila e Neón estavam conversando.

A origem principal de todas essas humilhações é o desenraizamento de nossos lugares. Até hoje digo isso com

grande tristeza. Tive muita sorte porque não me separaram do meu lugar. Sou filha de mãe solteira e irmã mais velha de dois irmãos meramente machos. Neste ponto da vida, temos um relacionamento bastante normal em termos de família nuclear, de uma única matriarca.

No final de 2008, formei o grupo na Nicarágua que ainda está em vigor, liderado por outra colega trans, que é a "Associação Nicaraguense de Trans". Essa escolha foi em função de trans ser o prefixo das três transições. Aí tomo a frase de Ducler: "a sexualidade é uma aventura arriscada que nos acompanha

por toda a vida". É como gosto, hoje eu quero isso, amanhã não. Começamos com pessoas que não queriam se sentir todo o tempo femininas ou mulheres e praticaram o travestismo sem assumir a Lei de Identidade Plena Permanente e Transgênero.

Em 2010, vim parar com o feminismo que já tinha ouvido falar. Eu vi que não havia união entre mulheres trans e feminismo. Pelo menos na América Central é mais do que um discurso. Tem 8 de março, marcha de violência contra a mulher, tem grupos trans. A maioria das mulheres trans vêem como que é para quem pode dar à luz. Nós não podemos fazê-lo e elas não interpretam que a violência de gênero nos atravessa, porque nos vemos e nos expressamos como mulheres. É por causa da questão da exclusão de gênero.

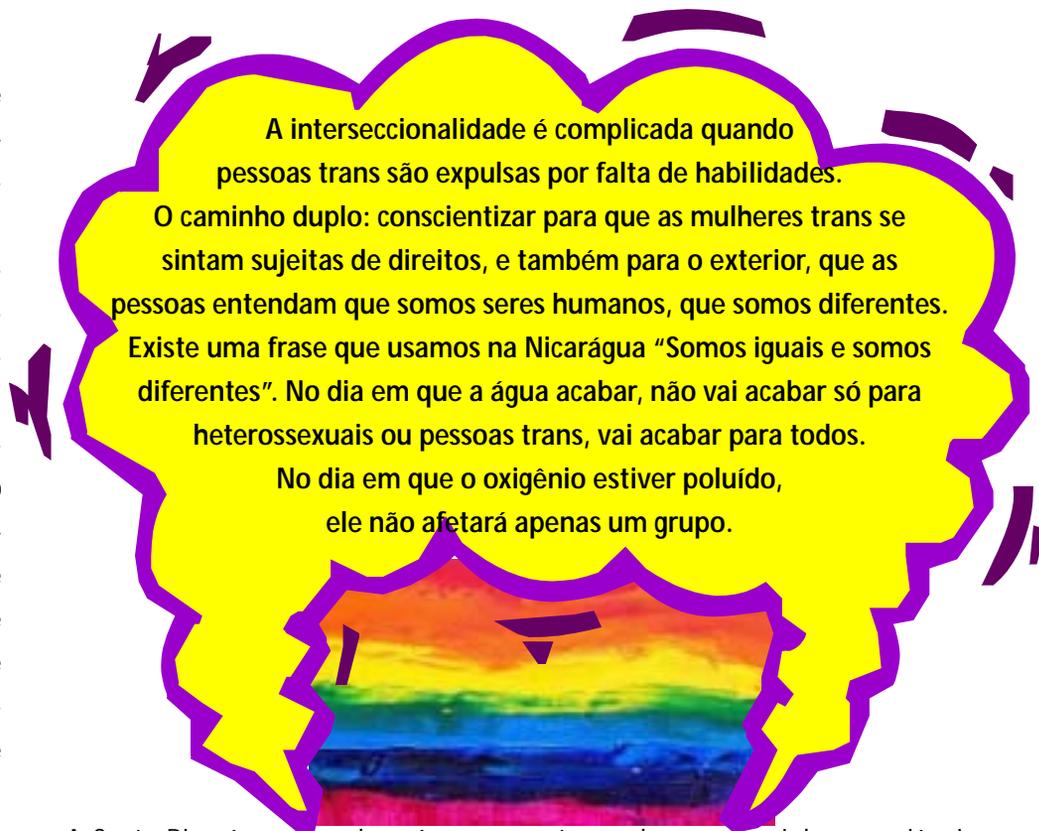
Volto ao início de tudo o que nos aconteceu: nos tiram de casa, perdemos afeto familiar, paterno, materno, fraterno e também perdemos a oportunidade do ensino fundamental, tanto de casa quanto de encaminhamento para a escola e assim por diante. Não temos chance. Temos que ir para a rua. Lá você não conseguirá sobreviver se

Para quem queria fazer a cirurgia, mesmo em termos de custos, era ensinar-lhes quais são os parâmetros centro-americanos. Se você vai ser mulher tem que ser uma mulher completa. Foi aí que comecei a dar algumas palestras educativas sobre sexualidade, porque algumas garotas diziam "me sinto mulher, mas gosto de mulheres".
Outro aspecto negativo para a comunidade é a desunião, a discriminação institucional. Você pode ser ou se identificar como trans, mas você deve gostar de homens, você tem que se encaixar no parâmetro binário, heteronormativo.
Não ser lésbica, isso é para mulheres. Passamos a ensinar o que é sexualidade, gênero, diversidade, para que se apropriem de seus próprios desejos, de suas necessidades e os assumam e os fundam com sua identidade.



não tiver habilidades, então, o que lhe resta é se prostituir. Aí você está à mercê de predadores, discriminação, violência.

Quando me deparo com o feminismo, quase caio no estereótipo do feminino correto que o sistema patriarcal exige: salto, saia, bem arrumada. Começamos a ver que não é necessário cair nesse estereótipo e mutilar o corpo. Uma das coisas que vem na parte de se identificar como feminina, que o sistema patriarcal pede, é que você não precisa ter um pênis, que você nasceu com um pênis e isso é um problema. É necessário cumprir como de lugar para chegar a esse estereótipo. Muitos na América Central usam óleo mineral para ser injetado no corpo para remover os seios, para moldar o corpo. Eu entendo que o silicone industrial é injetado no Cone Sul. A questão é tentar esconder o máximo possível a sua parte genital para que não seja percebida ou quando se relacionam e tentam estabelecer uma ligação afetiva se sentem truncadas, porque o homem com quem quero estar, ele quer que eu seja feminina e não mostre essa parte.



A Costa Rica é um grande país que defende o Estado de Direito, apesar de ser um estado confessional. Mas, as pessoas toleram, não respeitando a comunidade LGBT. A sociedade não está sensibilizada. Introduziram a ideia de tolerância disfarçada em relação à comunidade, mas por outro lado outras situações se configuram. Por exemplo, aprovaram recentemente o casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas agora eles querem aprovar uma lei chamada "Abstenção de consciência". Em

outras palavras, se minha consciência moral me diz que não posso me casar com uma pessoa, porque a considero antirreligiosa, antimoral, me abstenho de casar. Como advogado ou funcionário público, abstenho-me: um de cal e outro de areia.

Na Nicarágua, fazemos protestos, desde que comecei a me envolver com a questão LGTB. Toda última sexta-feira de cada mês começamos a ensinar à sociedade que somos iguais, não diferentes, rimos, suamos, choramos,

temos que trabalhar para sobreviver neste país. Com nossos impostos, apoiamos todos os deputados, o presidente, representante da Nação. Então todas nós somos afetadas e feridas violentamente pelas ações administrativas e funcionais de todos esses políticos em relação à sociedade que todos nós formamos.

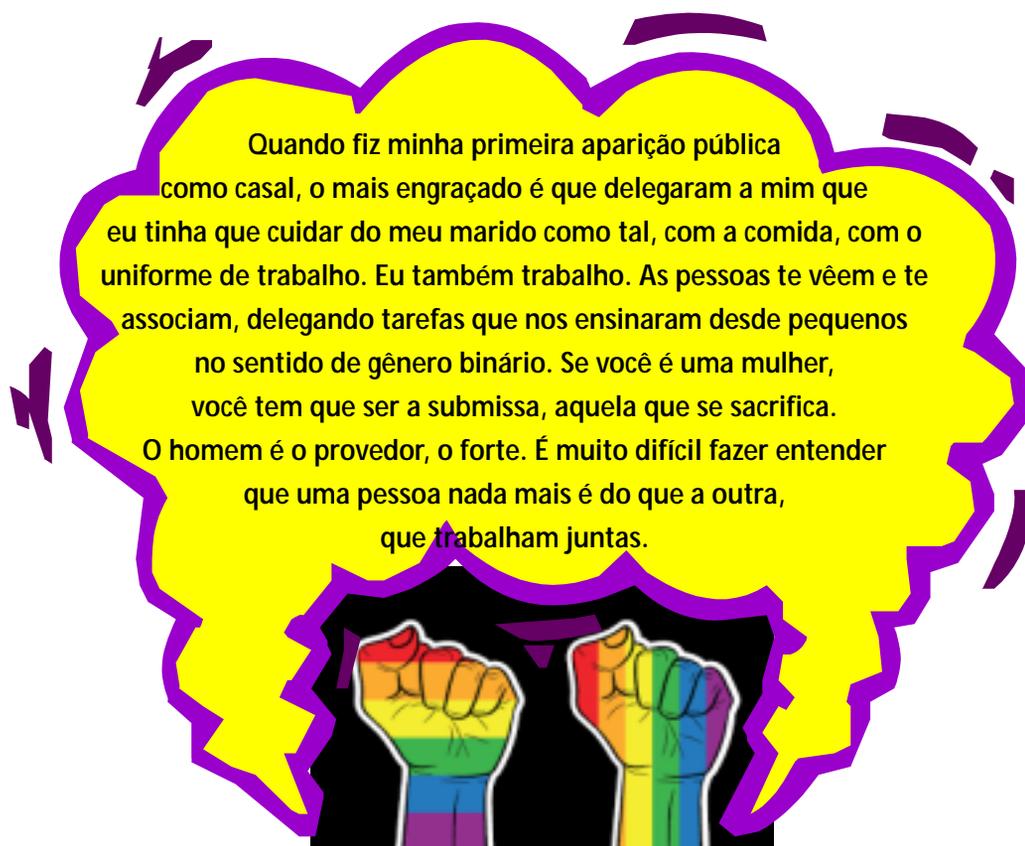
Digo, somos uma sociedade majoritária, mas formada por pequenas minorias, minorias de diversidade, minorias afrodescendentes, minorias po-

bres, crentes ou religiosos, e todos estes constituem a maioria. No final, temos que encontrar um ponto de congruência. Na Nicarágua, essa parte nos ajudou muito, mas joga contra nós com as ações dos políticos. Eles dizem: a sociedade não está pronta. Mas a sociedade vive conosco.

O que acontece também com a comunidade gay da Nicarágua, é que se questiona quem é o homem do relacionamento. Quem tem mais voz ou quem veste as calças? Tínhamos que

ensinar, e isso nos ajudou até o momento antes da ditadura na Nicarágua explodir em 18 de abril de 2018. Agora, a questão maior é como tirar essa ditadura para poder recomeçar com um preâmbulo ou um plano de trabalho preliminar que reúna a todas as pessoas, independentemente das orientações sexuais, cores, religião que professamos, mas trabalhar pela democracia e justiça.

Na América Central, a violência contra trans é mais frequentemente cometida por pessoas que não têm níveis de escolaridade, por pessoas que se deixam levar pelo que dizem, até mesmo jovens ou grupos de gangues que procuram sexo de graça e garotas sem pagar. Como não conseguem, eles batem, maltratam. Ou por policiais: uma das mulheres contou que foi pegar um parceiro trans e a polícia estava lá. O policial disse a ele que para dar a liberdade a ela, teria que fazer sexo com ela, e só assim ele poderia obter a libertação da parceira trans. Tem outra colega que eu até acompanhei na escola. A professora pediu para ela diminuir a maquiagem. Regulamentos escolares legais, constitucionais foram aplicados



a ela, dizendo que ele não poderia fazer nada se os outros colegas fizessem algo com ela. Como pode uma autoridade escolar não exigir o respeito? Imagino que a professora tenha ficado incomodada com um homem passando maquiagem.

Na América Central, como ONGs, temos a possibilidade de reivindicar direitos por meio da assistência à saúde. A questão da saúde refere-se ao HIV / AIDS. Tem programas para fazer teste de HIV, distribuição de preservativo, mas não para pedir identidade, para pedir a questão do acesso à educação com a sua identidade, para se cadastrar. Isso é muito complicado. Então, eles nos dão uma coisa e pegam outra.

Uma das coisas que tenho feito com outros coletivos ou grupos tem sido a questão de especificar quais são os direitos que a comunidade LGTB exige.

Algo que sempre digo: nossa sexualidade é um mistério para a sociedade machista, e para todos é um mundo de descoberta, prazer e liberdade. Não tenha medo quando quiser conversar, pergunte e saiba negociar com respeito. Obrigada!



As comunidades trans da Costa Rica já adquiriram o direito de seu documento dizer o nome de mulher, mas no cadastro interno ainda não fazem a mudança de gênero. Eles continuam fazendo o registro como homem. Na Nicarágua, voltamos 30 ou 40 anos, depois de uma das muitas revoluções que ocorreram em 79. Agora, nem sonhamos em levantar a voz em questões de direitos e contra o governo. Tenho visto notícias no Facebook de outras mulheres trans que ainda estão envolvidas no trabalho sexual. Existem pessoas que atacam, maltratam e discriminam.



O DEBATE



Luana: Como sensibilizar e ensinar as crianças, para que não repliquemos os padrões de preconceito dominantes hoje na sociedade?



Camila Godoi: É bastante relevante o papel de educadoras e educadores como resistência em todo o sistema de ensino. O professor José Luiz Sanfelice, da Faculdade de Educação, que morreu recentemente, sempre dizia que nós educadores e educadoras temos que atuar como cupins, que corroem a estrutura por dentro, agiliza a estrutura para que seja possível uma revolução. Embora a gente não tenha a percepção do curtíssimo prazo, nossa sala de aula é muito revolucionária. Então, nossa atuação no microcosmo é muito importante. Temos que acreditar em nosso papel transformador. Mesmo com as pressões e perseguições em seus ambientes de trabalho por abordar pautas de gênero ... Temos que lembrar que no Brasil tivemos na Constituição Brasileira de 1988 e depois em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Base da Educação, quando a palavra sexo e sexualidade foram introduzidas para os ensinamentos no plano nacional de educação. Aparece a expressão gênero, pois pensava-se em combate ao estupro, à desigualdade entre mulheres e homens. Então, não se pode proibir a utilização da palavra gênero no ensino.



O DEBATE

Participante 2: O que fizeram com a atuação da polícia na investigação e na justiça desses graves casos cometidos contra as companheiras?

Neon Cunha: O que foi feito com os policiais esses criminosos... No caso de Dandara, uma parte deles foi encontrada e outra fugiu. No caso da Verônica, teve uma manifestação de agentes do Estado. Uma Agente do Estado tem um áudio gravado e cai nas redes. Ela é orientada a falar que os policiais não foram violentos. Não dá para se discutir, porque é uma mulher branca, cis, e de classe média, orientando uma mulher negra, trans, de periferia, quer dizer, ainda existem outros processos de dominação e de controle que vamos ter que discutir dentro dessa subjetividade, que papel tem essa pessoa. A gente não tem um método, a gente não tem um caminho mesmo, a gente está construindo soluções. Infelizmente o Brasil é um celeiro, é um lugar onde todas essas desigualdades se tornaram legitimadas, quando você vê um avanço abertamente de neopentecostais. Temos um governo Bolsonaro de extrema direita, que perdoa a dívida em impostos de bilhões das igrejas neopentecostais, então, é possível entender a dimensão de onde está sendo investido o dinheiro para inclusive, executar vidas. Boa parte dos executores da Dandara se assumia cristã.



O DEBATE

Participante 3: Como foi se assumir trans perante à família e à sociedade?

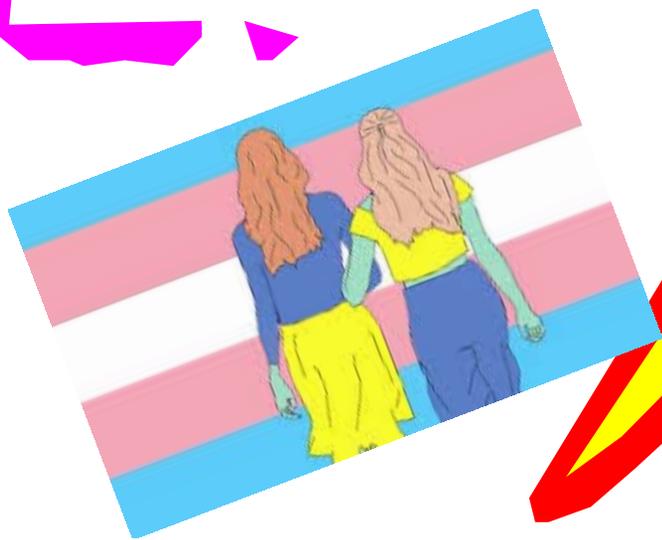
Neon Cunha: Quando eu percebi que eu poderia me assumir como uma integridade física, eu abri um processo no Brasil, em 2016, pedindo mudança de nome e de gênero nos documentos e morte assistida, caso tivesse que ser diagnosticada com disforia de gênero, que é a condição descrita pela medicina como desconforto com o gênero que é atribuído ao nascer. Entendia que o país tinha que zelar pela minha integridade física, pois está na nossa Constituição, na carta de princípios de Direitos Humanos, Por outro lado, não havia um estudo científico digno sobre as nossas diversidades na área da psiquiatria. Eu me percebi, muito cedo. As pessoas se percebem no gênero cientificamente aos dois anos e meio, no máximo aos 4 anos. A questão é viver essa condição. Eu acho que desde a primeira infância é uma obrigatoriedade da sociedade como um todo zelar por esse direito, oferecendo uma educação de qualidade. Eu sou formada em Arte e Educação, e acho que no jogo perverso do patriarcado e do capitalismo, quando se substitui o ensino público pelo privado, a lógica vai ficando cada vez mais perversa.



O DEBATE

Walkíria: Quais são os sentimentos de uma pessoa trans na América Central?

Roxanne Athiany: Em relação aos sentimentos das companheiras trans da América Central, acho que é o mesmo nível, digamos latino-americano, de sentir, se expressar, se sentir mulher e se ver como mulheres poderosas, autônomas, independentes. Por conta de terem só a educação básica primária, elas procuram ser autossuficientes, não ter patrão. Isso significa que temos que passar por um processo de qualificação profissional para podermos ter um negócio, como manicure e cabeleireira. A sensação é a mesma, a sensação de caminhar. Sempre converso sobre isso com minhas colegas e mulheres feministas. No caso estético, para alguns, eles parecem tão femininos quanto possível no que diz respeito à sua expressão mental e sentimental. Isso deve levar ao recebimento de acompanhamentos médicos, o que não existe na América Central. O mais importante é se sentir livre, tranquila nas ruas e respeitada, o que não acontece muito. Eu sempre digo: entenda as mulheres trans que se dizem agressivas. Lembremo-nos de que fomos educadas como homens, e eles foram educado para responder imediatamente. As mulheres foram ensinadas a esperar um príncipe...

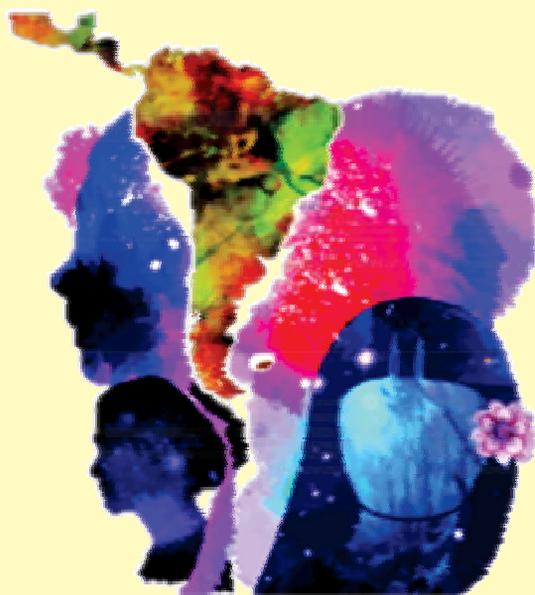


O DEBATE

Vera: A questão das identidades de gênero está contemplada em algum ministério?

Roxanne Athiany: Na América Central não existem dois tipos de estados, um estado e outro federado, mas os movimentos e organizações têm feito em colaboração com o RELADTRANS liderada por Marcela Romero, iniciativas intencionais de alguma norma ou lei de identidade de gênero sem sucesso nenhum. Na América Central, apesar de ser menos agressivo ou violento, sem deixar de ter algum grau de exclusão, segregação e discriminação contra a comunidade LGBTQI, principalmente com pessoas trans, não desenvolveram normas jurídicas para a proteção e / ou fazer cumprir os direitos humanos em sua integração total. Apesar da existência de partidos que acolhem ou recebem LGBTQI, ninguém se candidata. Portanto, na região centro-americana, embora não haja um cerco agressivo por parte do governo e grupos sociais, não existem normas nem pessoas da comunidade LGBTQI e trans nas políticas partidárias, apenas nas políticas sociais ativistas. Claro, que há os países, devido ao nível de gestão das gangues e grupos de narcotraficantes, que experimentam mais violência. Mas é como se nada houvesse, sem dados ou estatísticas, como é o caso de El Salvador, Honduras e Guatemala. Espero que a Nicarágua, com esta ditadura, não se transforme em outro...





I - Webinars

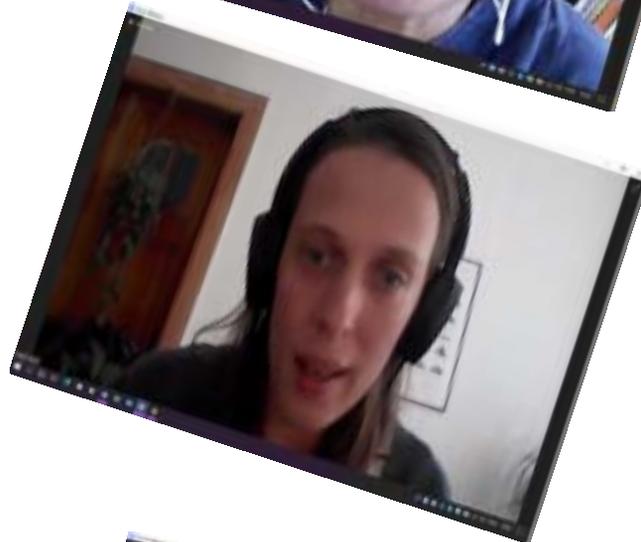
1.4. Femicídio

Abertura por Margo Okazawa-Rey, membro da diretoria da PWAG



Eu acho que a violência de gênero, em todas as suas formas, é uma pandemia. Considerando que o Coronavírus exacerbou ainda mais a situação de violência em que vivem as mulheres, eu penso que esses webinars são de extrema importância. Se considerarmos as duas pandemias juntas, o mundo está em uma situação terrível. Apesar da gravidade da situação, as mulheres estão esperançosas, estão organizadas e têm a perspectiva de um mundo sem violência e com amor.

Ao ouvirmos às panelistas hoje, gostaria que pensassem nas seguintes questões: 1) O que significa ser uma pessoa humana, quando são os seres humanos que estão cometendo as atrocidades, a violência que tem devastado as pessoas e o planeta? 2) Todas as pessoas que aqui participam estão comprometidas em criar um mundo melhor, então, que tipo de pessoas, de feministas, seríamos para viver nesse mundo, sem recriar aquilo que acabamos de eliminar?



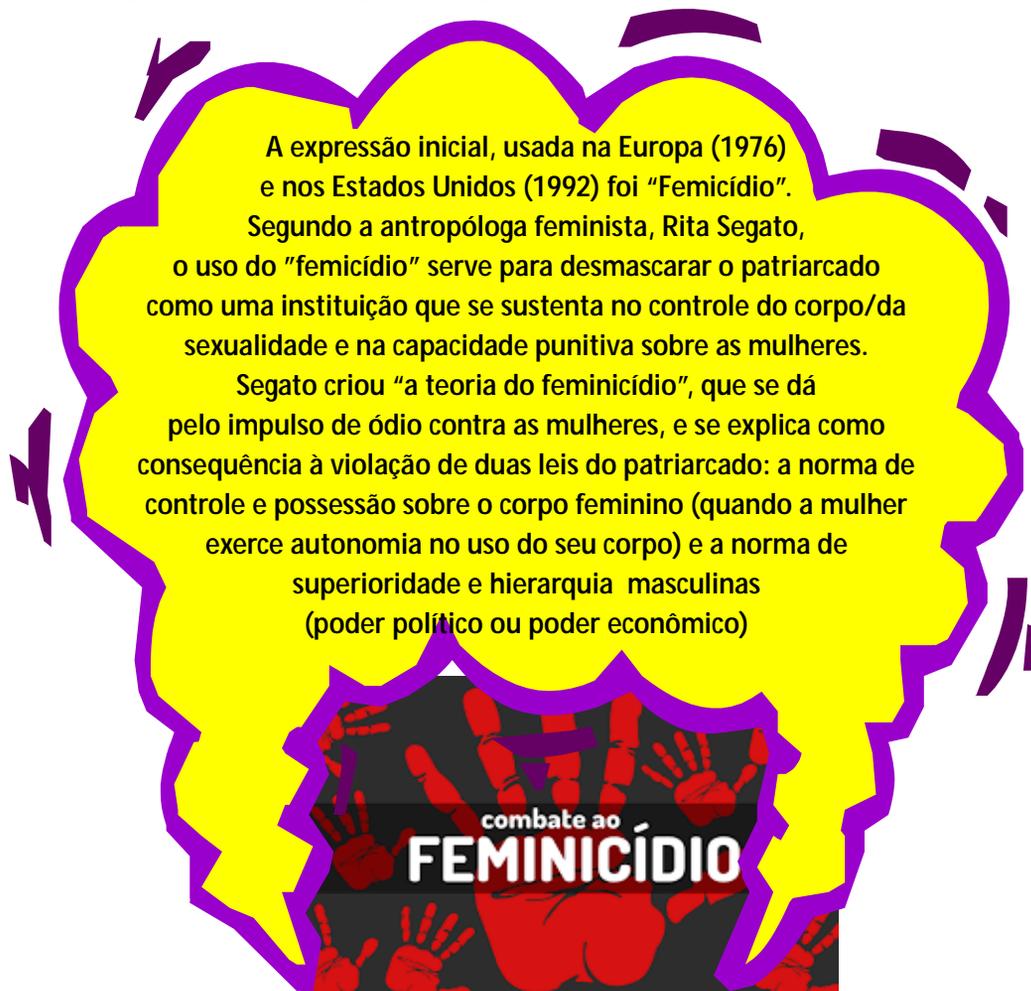
MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES,
conhecida como Amelinha Teles,
é consultora jurídica e educadora popular feminista
em direitos humanos. É associada à União de Mulheres
de São Paulo, sendo uma das coordenadoras do Projeto
Promotoras Legais Populares e do Projeto Maria, Marias,
em parceria com o IBCCRIM-Instituto Brasileiro
de Ciências Criminais. Ela é uma das indicadas
ao Prêmio Nobel de 2005, uma indicação coletiva de 1000
mulheres de todo o mundo, pela PWAG.



Femicídio: a crônica de uma morte anunciada

Parabéns a todos e a todas, obrigada pela dedicação, obrigada pelo convite, exalto à organização desse evento que é extremamente necessário ao nosso Brasil e a toda a região. Eu venho de lencinho verde, saudando as nossas companheiras da Argentina pela conquista que tiveram no final do ano de 2020, quando conseguiram a descriminalização e a legalização do aborto, depois de um movimento pelos direitos humanos, de feministas em todas as lutas ali reunidas.

Vou falar sobre o femicídio e a situação do Brasil que é um país violento, racista e sexista. O femicídio é o assassinato de mulheres, simplesmente por serem mulheres. O "femicídio" é uma palavra similar a homicídio, com a ideia de assassinato de mulheres. Na América Latina, o termo não é o mais adequado à realidade e às especificidades das mulheres. Daí a necessidade do uso de "femicídio", que é mais



abrangente. Trata-se de violações de direitos humanos das mulheres, num contexto de debilidade e negligência do estado de direito. O femicídio pode ser praticado pelo atual ou ex-parceiro da vítima, parente, familiar,

colega de trabalho, desconhecido, grupos de criminosos, de modo individual ou serial, ocasional ou profissional. O traço que marca é que esses crimes denotam intensa crueldade e menosprezo para com as mulheres que

são tratadas como meros objetos, como descartáveis. É crime de ódio contra as mulheres.

De acordo com estatísticas, de 20 a 30% das mulheres brasileiras denunciavam a violência doméstica. (FBSP, 2019). Houve 66.041 registros policiais de estupro, sendo 82% do sexo feminino, 54% tinham até 13 anos de ida-

de (FBSP, 2019). Entre 1980 e 2013, 106.093 mulheres foram assassinadas por serem mulheres. O Brasil ocupa o 5o. lugar no ranking de 83 países com os piores índices de mortes violentas no mundo. De acordo com a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), o Brasil lidera o índice de feminicídios na Amé-

rica Latina e Caribenha (2018).

Em 2020, em termos de assassinatos de homens e mulheres, ocorreram 57.956 homicídios (27,8/100 mil) - (IPEA/FBSP, 2020), sendo que 92,2% são homens e 7,8% são mulheres; 53,3% jovens (15 a 29 anos); 75,7% negros e negras; 71,1% armas de fogo; 4.519 feminicídios (4,3/100 mil) (IPEA/FBSP, 2020); 68% mulheres negras.

A LEGISLAÇÃO

Em 2015, foi criada a Lei do Feminicídio (Lei 13.104), sancionada em 9 de março daquele ano pela então Presidenta da República (2011 – 2016), Dilma Rousseff. A lei alterou o artigo 121 do Código Penal (Decreto-Lei no. 2.848/1940) incluindo o tipo penal como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

O feminicídio ficou assim na lei: “o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino”, ou seja, quando o crime envolve “violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. As penalidades vão de 12 a 30 anos de prisão.

**Em 2020, houve 4.519 feminicídios (4,3/100 mil) (IPEA/FBSP),
quais 68% eram mulheres negras.**

**Entre 2008 e 2018, o assassinato de mulheres negras aumentou
12,4% enquanto o de não negras diminuiu 11,7%.**

**O feminicídios de mulheres dentro de casa é
2,7 maior do que o de homens.**

Por armas de fogo, correspondem a 53,7% do total.

**De 1.206 feminicídios, 88,8% dos casos,
o autor foi companheiro ou ex.**



As mulheres são assassinadas por diversos instrumentos e meios de imposição de sofrimentos às vítimas anteriormente à execução: faca, peixeira, canivete, socos, pontapés, garrafa de vidro, fio elétrico, martelo, pedra, cabo de vassoura, botas, varas de pescar, asfixia, espancamento, empalamento, cárcere privado, violência sexual, desfiguração...

E por que os homens matam? Inconformismo com o término de relacionamento, ciúmes, sentimento de posse. É comum existir um histórico de violência doméstica, que é banalizado e utilizado para excluir a qualificadora.

DESAFIOS

O Brasil é um país violento, racista e sexista. É necessário reconhecer esta realidade e traçar políticas públicas de igualdade de gênero e de raça/etnia.

A educação deve se pautar nos princípios da justiça e da igualdade numa perspectiva de gênero, classe social e raça/etnia.

É preciso reconhecer que os casos de feminicídio não são casos isolados.



São práticas enraizadas na sociedade brasileira.

Há a necessidade de se aplicar efetivamente a lei do feminicídio; não aceitar de forma alguma a justificativa

de “crime passionnal”.

A raiz do problema é estrutural e encontra-se nas desigualdades de gênero e de raça/etnia.

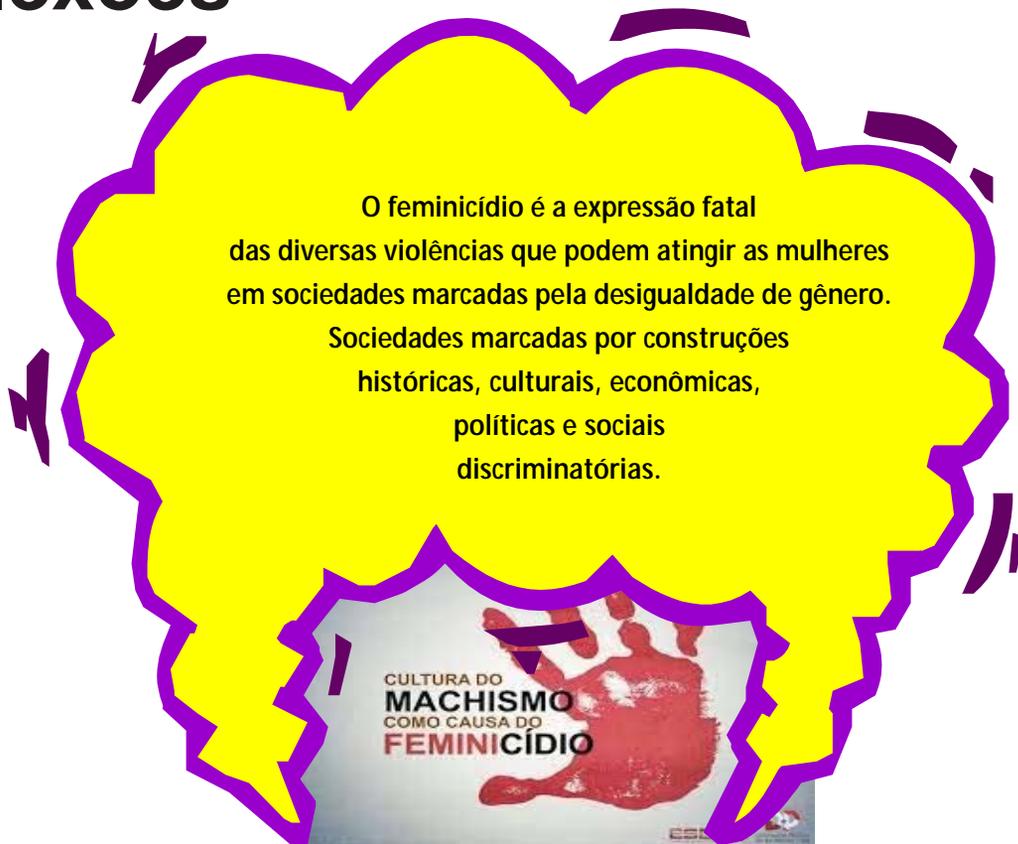
TATIANA SANTOS PERRONE é doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisadora do Núcleo de Antropologia do Direito (Nadir / USP) e coordenadora do Projeto Maria, Marias. Desenvolve pesquisas na área de antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: acesso à justiça, Lei Maria da Penha, violência contra a mulher e sistema de justiça criminal.



Lei Maria da Penha e Femicídio: algumas reflexões

Quero abordar a Lei Maria da Penha e o Femicídio. Falo então sobre mortes evitáveis, mortes que não ocorreriam sem a conivência institucional e social em relação às discriminações e violências contra as mulheres.

O mote da minha fala é um feminicídio que ocorreu durante a minha pesquisa de doutorado: o da enfermeira Fernanda, em 22/7/2016. Ela foi morta pelo ex-marido a tiros na porta da Unidade Básica de Saúde quando ela chegava para trabalhar. Mais de um mês antes do crime, no dia 1º de junho, Fernanda teve o seu pedido de medida protetiva negado pela justiça brasileira. A medida protetiva de urgência é um dispositivo previsto na Lei Maria da Penha, lei que é fruto de mobilizações feministas e propõe uma nova forma de atuar para prevenir e processar a “violência doméstica e familiar contra a mulher”. A medida protetiva visa evitar que algo



mais grave aconteça com a mulher que denuncia estar sofrendo violência doméstica. A medida protetiva pode ser, por exemplo, para o afastamento do agressor do lar, a proibição de contato e aproximação, determinando numa certa distância mínima que o

agressor deve manter da vítima. Geralmente é pedida na delegacia de polícia, sendo avaliada pelo judiciário. Quando concedida, sendo todas as pessoas informadas da decisão, o descumprimento da medida protetiva pode levar a prisão.

Voltando ao caso de Fernanda, ela fez o pedido de medida protetiva, já que entendia que estava em risco. No entanto, esse não foi o entendimento da justiça, a qual o negou em 1/6/2016. Fernanda foi morta no dia 22/7/2016. A decisão da juíza que negou o pedido de medida protetiva ganhou os jornais na época.

As razões alegadas chamam a atenção, tais como: 1. Aparentemente o conflito é motivado por questões relacionadas ao contato do pai com a criança; 2. Este juízo não é competente para analisar o melhor interesse da criança; 3. Intensa disputa pela filha, desde a separação, a qual não se confunde com violência baseada no gênero.

A ênfase na proteção da família por juízes e juízas que trabalham com violência doméstica já foi salientada por diversos trabalhos, que apontam para o risco de transformar a defesa das mulheres na defesa da família. Os trabalhos apontam para o não reconhecimento da mulher como sujeito de direitos, como aquela que teve seus direitos violados e tem direito a recorrer às instâncias públicas apropriadas para ter o direito violado reparado e proteção. O que se faz é apontar para o privado como local de resolução de tais demandas, cabendo à família resolver os conflitos que não deveriam chegar ao Judiciário. Há uma dificuldade de reconhecer a violência praticada contra as mulheres como sendo um crime altamente sexualizado, no qual prevalecem a hierarquia de gênero e os preconceitos, ou seja, que a maioria das vítimas desses crimes são as mulheres e que são vitimadas simplesmente pelo fato de serem mulheres. E assim, a violência contra a mulher ganha novamente invisibilidade. (DEBERT & OLIVEIRA, 2007, p. 329).

Tal perspectiva de defesa da família

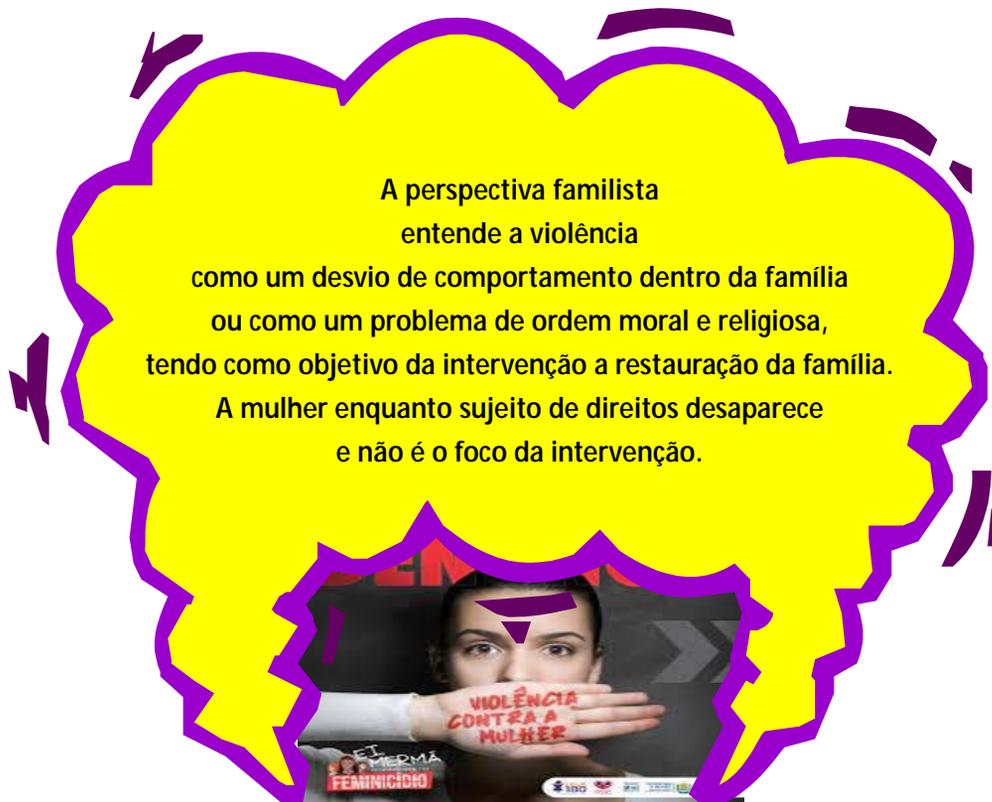
Nessa decisão, é possível perceber uma exclusão da violência e uma ênfase nos conflitos familiares, apontando para a esfera civil, a esfera do direito de família, como o local mais adequado para o tratamento desse conflito.

Há aqui uma exclusão da violência de gênero e os fatos narrados são lidos pela chave do conflito e da disputa, e não da violência.



não aparece somente no judiciário, também é encontrada na rede de enfrentamento à violência contra mulheres da cidade de São Paulo (Cecília MacDowell Santos, 2015).

Além da leitura da violência pela chave do conflito familiar, a decisão que nega a medida protetiva para Fernanda, também salienta a existência de um processo na Vara de família, processo esse que seria a prova do conflito familiar, causando assim, a exclusão da violência de gênero, segundo a interpretação da magistrada. O que observo, desde a minha pesquisa de mestrado, é o trânsito das mulheres entre as duas esferas do direito, podendo buscar nas varas de família uma reparação indireta pelas violências sofridas, ou através do direito criminal conseguir concretizar uma decisão de um processo da vara de família, por exemplo. Esse trânsito não significa dizer que um crime não ocorreu, que não há necessidade de proteção, mas sim que as questões de direitos de família e questões de direito criminal são vivenciadas pelas mesmas pessoas, que foram ou são vítimas de violência, e que o agressor, também



pode ser ex-marido, pai, irmão, etc. No entanto, operadores do direito tendem a olhar para os casos com disputas na vara de família como um fator que pode excluir a violência de gênero, e/ou o perigo de que algo mais grave aconteça, causando uma negativa de medida protetiva. Situações que vi durante a minha pesquisa de doutorado.

As decisões de medidas protetivas que consultei durante o doutorado, e que foram somente de alguns casos

encaminhados para mediação de conflitos em que realizei a minha pesquisa, demarcavam uma clara separação do que compete à vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e à vara de família, havendo uma exclusão da *violência de gênero* e, conseqüentemente, uma negação de proteção à mulher através da justificativa de se tratar de um conflito referente a disputas existentes na vara de família.

Embora a Lei Maria da Penha estabeleça a competência híbrida para evitar a peregrinação de mulheres, o que se vê é que a grande maioria dos juizados atua apenas na área criminal.

A Lei Maria da Penha prevê um atendimento integral e juizados/varas de VDMF com competência híbrida, mas que, na prática, enfrentam diversas resistências para sua concretização, dentre elas a falta de

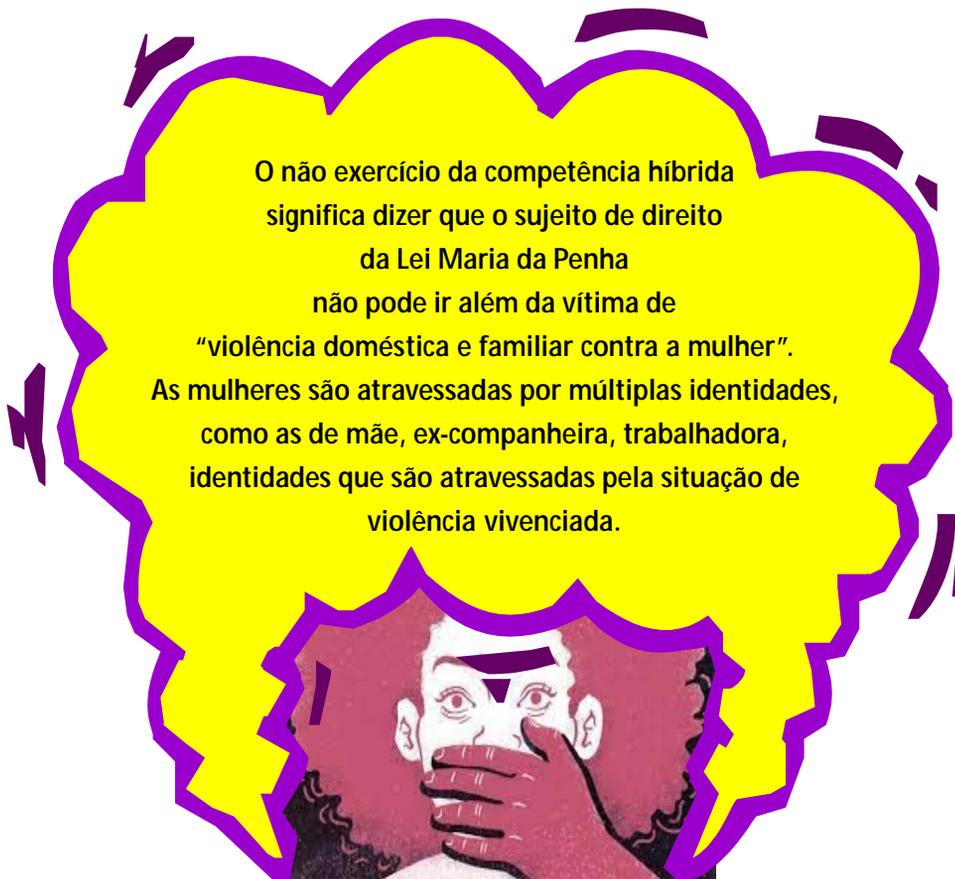
diálogo entre as instituições e a competência híbrida restrita às medidas protetivas.

A LMP tem a intenção de acolher essas múltiplas identidades ao prever competência híbrida e medidas protetivas que abarcam, por exemplo, pagamento de alimentos provisórios, suspensão ou restrição de visitas do agressor aos dependentes menores, separação de corpos, e medidas que

visam a manutenção do vínculo trabalhista da mulher, mas que não são necessariamente reconhecidas quando a lei é posta em prática.

No Judiciário, cada processo terá uma resposta sem necessariamente conhecer a resposta que foi dada em cada um dos demais processos, já que a competência híbrida prevista na LMP está sendo aplicada somente para medidas protetivas e são raras as situações em que há comunicação entre as instituições.

A Lei Maria da Penha e a Lei do feminicídio são duas legislações brasileiras importantes para nomear as violências sofridas pelas mulheres, para apontar os caminhos de enfrentamento e prevenção. Os estudos sobre a aplicação desses dois dispositivos mostram que muito ainda precisa ser feito para que outras Fernandas não tenham pedidos de proteção negados pelo Estado e percam suas vidas. São mortes que não aconteceriam sem a convivência institucional e social às discriminações e violências contra as mulheres. São mortes que ocorrem por ação ou omissão do Estado que compactua com a sua perpetuação. Obrigada!



MARIA JULIA MOREYRA é uma Advogada argentina, Mestre em Relações Internacionais e Bolsista Rotary pela Paz (Chulalongkorn University, 2016). Desde sua formatura, ela tem trabalhado com questões de gênero, especialmente com a violência em todas as suas formas e o crime de tráfico de pessoas. Atualmente é funcionária do Ministério da Mulher, Políticas de Gênero e Diversidade Sexual da Província de Buenos Aires. Desde 2009, é Coordenadora para a América Latina e Caribe do PWAG. Ela é Embaixadora do RAGAS (Grupo de Ação Rotary contra a Escravatura) para a América do Sul; Ativista da Positive Peace (Rotary International - IEP Alliance) e Embaixador do Institute for Economics and Peace.



Feminicídio: *nenhuma a menos e nunca mais*

A Argentina adota a definição de feminicídio que foi aprovada na Quarta Reunião da Comissão de Peritos realizada em 2018: “A morte violenta de mulheres por razões de gênero, seja no seio da família, na união doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal na comunidade por qualquer pessoa ou que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado e seus agentes por ação ou omissão”. Muito mais grave se o Estado permitir, porque é o Estado que deve nos proteger.

Sem dúvida, o feminicídio é o mais recente surto de violência que está se formando. A Argentina é um país federativo, onde cada província tem sua própria autonomia. Os números nos ferem, nos desafiam como sociedade, pois um feminicídio está sendo registrado a cada 23 horas. Hoje falamos de um Estado corresponsável, então a opinião da sociedade civil, dos que compõem o Estado e também do setor edu-

Estamos passando por um momento muito difícil para a história da humanidade devido à pandemia causada pela Covid - 19 e que piorou a situação. Muitas mulheres que sofrem violência têm que conviver mais com seus agressores. O que está acontecendo na Argentina? Embora o país seja pioneiro em leis de gênero, não consegue controlar o feminicídio. A pergunta que podemos nos fazer é o que está acontecendo? Se recorrermos a essas pessoas que são especialistas no assunto, elas nos dirão que é necessária uma reforma judicial e federal.



cacional é fundamental. Ada Rico, presidente da La Casa del Encuentro de Buenos Aires, que faz o registro dos feminicídios, estabelece esta informação: a cada 23 horas temos um

feminicídio. O que é consistente com o Observatório de Políticas de Gênero do Governo Argentino. A nível oficial é realizado pelo Supremo Tribunal de Justiça da Nação, mas não temos os da-

dos especialmente desta última vez. Então temos a palavra de uma pessoa muito qualificada no assunto porque faz parte do Ministério Público, a Dra. Labozzetta que está a cargo da Promotoria Especializada em Violência contra a Mulher, que afirma que os números de feminicídios continuam constantes na Argentina, o que é preocupante apesar da legislação e das diversas medidas das quais a Argentina é pioneira na América Latina. Quem traba-

lha com essa questão sabe disso muito bem.

Voltamos ao que foi dito ao longo de todo este dia: aquela marca patriarcal que permeia todas as instâncias, que consideram que as queixas são falsas e que as mulheres exageram. Depois temos também a opinião de uma professora universitária, Paula Viturro, que nos conta que quando uma mulher sofre violência de gênero, quando chega a esses circuitos institucionais, quan-

do vai pedir ajuda, ela já esteve no círculo da violência por um muito tempo. O que as mulheres querem, e também me incluo nisto, não é só a penalização, reparação e condenação dos feminicídios quando essas pessoas já morreram. Queremos uma vida livre de violência e para isso estamos de acordo com um tratado internacional que a maioria de nossos Estados assinou, que é a Convenção de Belém do Pará, que em seu artigo 1º estabelece uma vida livre de violência.

Esses números que dissemos machucam nossa alma e nos chocam desde 20 de março de 2020, que é quando se dita o isolamento social, preventivo e compulsório na Argentina. Até 20 de março de 2021 período do distanciamento social, 287 mortes foram registradas como feminicídios, um número muito alto. Não vamos entrar em travesticidas e outros porque foram temas da última sessão. São 35 mulheres com queixas anteriores, 14 medidas cautelares de proteção, o que queremos dizer com isso? Às restrições de perímetro, para dar às mulheres um botão anti-pânico, para colocar tornozeleiras nos agressores. Isso é ter-

**Talvez não tenhamos a melhor recepção do Poder Judiciário,
que continua conservador, patriarcal.**

**O fato de em alguns casos as mulheres estarem na vanguarda
não nos garante a perspectiva de gênero,
que não é um discurso bonito que se inventou,
mas é real, que não se julga com aquele olhar,
que também se estende aos policiais.**



rível! Nós que trabalhamos com questões de violência nos deparamos todos os dias com a denúncia de quem ataca é agente de segurança. Quem deve cuidar de nós é quem mais nos viola. Vejam este número que nos atinge: 321 crianças ficaram sem mãe e com pai preso e 61% menores. Esses dados foram extraídos do Observatório do Femicídio “Adriana Zambrano”.

Para não esquecer, pois a coisa mais importante que devemos ter é memória. Claro que há muito mais, coloquei as fotos de mulheres muito jovens que perderam a vida. Isso foi antes da Lei do Femicídio, que é 26791 de 2012. María Soledad Morales: hoje ela faria 48 anos. Aqui teve muito a ver com quem é uma das Mulheres da Paz na Argentina, Martha Pelloni, que era a diretora da escola onde María Soledad estudou. Os protestos não devem ser feitos com agressão, devem ser feitos da maneira que Martha fez nas marchas do silêncio. Irmã Pelloni derrubou com todo o povo de Catamarca, província onde vivia Maria Soledad, o governo que estava no poder. A memória desta querida Mulher Argentina da Paz, uma das 1000 nomeadas em 2005 para



o Prêmio Nobel da Paz.

Carolina Aló: em 1996 foi morta com 114 facadas por quem era seu namorado. A questão era que seu parceiro estava com ciúmes.

Chiara Páez, sou grande amiga de sua mãe, Verónica Camargo. Vero me mandou várias fotos e eu escolhi a que vocês podem ver. O feminicídio de Chiara ocorreu durante a vigência da Lei 26791. Ela fez levantar a sociedade ar-

gentina e um grupo de jornalistas organizou a marcha “Nenhuma a menos”. Na foto que apreciamos rodeados de borboletas, além do fato de Verónica adorar borboletas, me traz a memória das Irmãs Mirabal, aquelas mulheres que também foram assassinadas pelo ditador Trujillo na República Dominicana por defenderem o que era justo. Chiara foi assassinada enquanto estava grávida na época. Ele tinha 14

anos e o feminicídio aconteceu no dia 10 de maio de 2015. A partir daí, surgiu o movimento “Nenhuma a menos” com todo o seu esplendor.

Isso é algo importante que o atual governo fez: criar o Ministério da Mulher em nível nacional e também em nível provincial.

Úrsula Bahillo: o feminicídio em 2021. Aqui novamente a sociedade se levantou. Úrsula tinha 18 anos e já havia feito 18 denúncias porque seu ex-companhei-

ro, que era policial e tinha ficha criminal, continuava a ameaçá-la. O agressor violou todas as medidas cautelares impostas. O juiz que entrevistou no caso, apesar do ocorrido, continua no cargo. É por isso que precisamos de uma reforma abrangente, um judiciário sensível, cujo foco não seja a vítima. A vítima não fez nada para merecer isso. Guadalupe Curual: feminicídio ocorrido em 2021. Guadalupe foi assassinada no coração de uma cidade turística da Argentina, Villa

La Angostura, na província de Neuquén, no sul do país. 48 horas antes, seu ex-companheiro e pai de sua filha de 2 anos ameaçou matá-la e o fez esfaqueando-a. Dois policiais que pertenciam a outra jurisdição conseguiram retirar essa pessoa e dias depois o autor suicidou-se. O que temos e o que nos falta? “Temos a Lei Micaela; a Lei Abrangente de Prevenção. Punir e erradicar a violência contra as mulheres nas áreas em que desenvolvem suas relações interpessoais; a Lei de Identidade de Gênero; Lei 26791, que altera o Código Penal e introduz a figura do feminicídio, mas é preciso repensar o Código Penal na sua totalidade e o sistema de justiça.” Palavra do chefe da UFEM: “A América Latina, e isto reconhecido pela União Européia, é o continente de vanguarda na construção de direitos e o movimento feminista tem muito a ver com isso”. É por isso que as Mulheres não baixem os braços, para continuar lutando. Guadalupe Curual disse uma frase que toca particularmente minha alma: “NASCI PARA SER LIVRE, NÃO MORTA. Infelizmente, essa não era a sua história. Para concluir, estas palavras que me parecem mais do que eloqüentes: “NENHUMA MENOS E NUNCA MAIS.”

Micaela Garcia foi estuprada e assassinada por Sebastián Wagner, em 2017.

Micaela era membro do Movimento “Not One Less” [Nenhuma a Menos].

Seu feminicídio deu origem a uma lei pela qual todas as pessoas que ocupam cargos no Poder Executivo, Legislativo e Judiciário da Argentina devem ser capacitadas na perspectiva de gênero e violência de gênero.

Caso não o façam, o nome é colocado na página do Ministério da Mulher .

FEMINICÍDIO

O DEBATE

Virgínia [Argentina]: Não entendo porque tantas mulheres são contra o feminicídio e estão a favor do aborto. Toda vida vale. As mulheres que não querem dar seus filhos para adoção, para que não morram em aborto. Por que fomentar o filicídio? É violência os novos direitos que permitem o aborto até o nono mês. Não tem ninguém que fale sobre as consequências psicológicas do aborto?

Maria Julia: É um tema bastante complexo e temos que respeitar a postura que cada uma toma, respeitar as que estão a favor e as que não estão a favor. Todas as questões são válidas.

Amelinha Teles: Nós somos contra o feminicídio, porque nós defendemos a vida, a vida das mulheres; e defendemos um mundo de paz. Quando nós defendemos a descriminalização e a legalização do aborto, nós defendemos as vidas das mulheres, defendemos o direito de escolha que as mulheres têm. Nós não temos, de forma alguma, que aceitar o que o patriarcado determina, que temos obrigação de ser mãe. Não! A maternidade é uma função muito linda da vida que exige muita responsabilidade e portanto tem que ter a escolha, tem que ter o desejo de ser mãe. Se você não tem esse desejo, pode ocorrer de você ter uma gravidez indesejada, mesmo as que usam contraceptivos. Nós temos que respeitar a vontade e a consciência das mulheres. A democracia tem sido mais para os homens do que para as mulheres. Nós temos inveja das mulheres argentinas que conseguiram tanto avanço nessa luta. Quando as mulheres têm a escolha, evita-se as mutilações e mortes.



O DEBATE

- 
Violeta Delgado: Na Nicarágua, foi penalizada a possibilidade de interromper a gravidez mesmo que a vida da mulher esteja em risco. Se uma vaca pode morrer no parto, ela passa por uma intervenção para evitar a continuação da gravidez, mas não as mulheres. Isso é feminicídio. Nossa vida vale menos do que uma vaca. Concordo que é preciso dialogar e buscar um acordo em que todas nós sentimos respeitadas.

- 
Camila: Para além do feminicídio, há milhares de mulheres que morrem devido à criminalização do aborto. Em vários países, mulheres brancas e com privilégio de classe, tanto católicas, tanto evangélicas realizam abortos com frequência significativa e sobrevivem, enquanto mulheres negras e sem privilégios de classe morrem em clínicas clandestinas. É possível unificar as lutas para descriminalizar o aborto na América Latina.

- 
Comentário: O impacto da violência psíquese sexual numa mulher é devastador. Só quem já sofreu tem a dimensão da dor e do tormento, principalmente quando o agressor tem um vínculo com a vítima, como é o caso do pai, tio, avô, irmão primo... Muitas mulheres buscam o suicídio como solução para esses casos.



O DEBATE

Annemarie Sancar: Existe alguma experiência relacionada à justiça transicional, nessa questão da violência de gênero, da mesma forma que existe nos processos na Colômbia, México e Chile?

Participante: Poderia comentar sobre a importância das ações preventivas que a Lei Maria da Penha contempla, já que nem as medidas protetivas estão sendo aplicadas?

Tatiana Perrone: Quando a Lei Maria da Penha é recebida pelo judiciário brasileiro, ela é olhada com uma perspectiva criminal. Acontece que não é uma lei criminal, mas de prevenção e de proteção. É para que acabe a violência contra às mulheres. Para isso a gente precisa prevenir. Se não for possível, a gente tem que proteger a mulher, para que essa violência não se agrave e ela não venha a ser morta. Tem todo um processo de julgamento. A lei não prevê só uma pena. É uma lei que fala que a violência que as mulheres sofrem é uma violência de gênero. Há grande dificuldade de recepção de conceito de violência de gênero pelo Poder Judiciário e pelas Delegacias. Dificuldade de entender a complexidade da relação vivida por essas mulheres, em que as questões familiares e as de trabalho estão todas envolvidas pela vivência dessas mulheres. Quando chega no Judiciário, há um olhar de forma recortada, ou é isso, ou aquilo, ou aquilo outro. Não dá para olhar para o direito de família, sem olhar para a violência que essa mulher está sofrendo. Como a gente vai falar sobre a visitação de uma criança, sem olhar para a violência?



O DEBATE

Tatiana Perrone[continuação]: A dúvida com relação à palavra da mulher ainda continua muito forte. Quando chega na delegacia existe a dúvida: “será que ela está sofrendo, será que precisa de proteção?”. A medida protetiva não diz se ele é culpado ou inocente, que vai cumprir tanto de pena. É uma primeira medida quando ela relatou que está em risco. Então, vamos proteger para que nada de mais aconteça; e depois do julgamento vamos ver o que acontece. A primeira proteção tem uma grande dificuldade em acontecer dentro do Judiciário brasileiro, porque precisam de prova, mas como é possível se não há um julgamento de culpabilidade ou inocência? Não existem provas além da palavra da mulher, além da situação em que se encontram a mulher e seus filhos, que são as únicas testemunhas. Como exigir testemunha de uma situação tão privada? Já se avançou muito entre todos os operadores de Direito, sobre o que é essa violência e a necessidade de proteção, separando uma coisa da outra. Outra coisa que é muito importante salientar é que o Brasil é um país muito grande. Já tivemos avanços com as Varas especializadas. Juízes e juízas passaram por treinamento, já entendem melhor o que é essa violência de gênero. Só que ela é restrita às grandes capitais brasileiras. No interior do Brasil, não existem Varas especializadas, Delegacias Especializadas, então, não podemos falar de uma rede de atendimento à essas mulheres em situações de violência. Essa Lei não está sendo aplicada de modo igual à todas às mulheres, num país tão desigual com essa característica da dimensão geográfica.



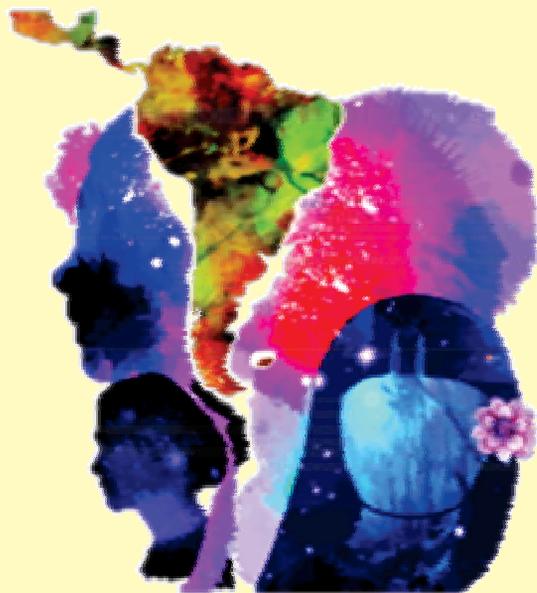
O DEBATE

➔ **Ana Cláudia:** O Brasil enfrenta um processo muito conservador, e vemos um retrocesso nas políticas públicas para as mulheres. De que forma podemos, enquanto sociedade, exigir a garantia dos direitos da mulher?

➔ **Participante:** Poderia comentar a vulnerabilidade das mulheres, pela ausência de uma política pública nos casos de estupro por parte do companheiro, com quem a pessoa possui um vínculo. A gravidez decorrente tem engrossado o índice de mulheres que vão à óbito, por não encontrar no sistema de saúde judicial o devido acolhimento

➔ **Amelinha :** O fundamentalismo religioso tem dificultado muito o acesso às políticas de saúde sobre direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. Precisamos verificar de que forma pressionar o poder legislativo do país para que mulheres sejam contempladas e ter o direito quanto ao aborto legal. Temos que nos perguntar, por que temos tantas dificuldades em proteger as mulheres mesmo com os avanços legislativos, como a Lei de combate à violência doméstica e a Lei de combate ao feminicídio.





I - Webinars

1.5. Violência Institucional na América Central



VILMA NUÑEZ DE ESCORCIA, da Nicaragu,
 é Mulher da Paz. Presidente e cofundadora do Centro
 Nicaraguense de Direitos Humanos CENIDH (1990 até o
 presente). Juiza do Tribunal Permanente dos Povos.
 É sobrevivente do Massacre de 23 de julho de 1959.
 Membro do Conselho de Administração da Organização Mundi-
 al contra a Tortura por sete anos consecutivos.
 Ela recebeu vários prêmios nacionais
 e internacionais por seu trabalho.
 Ela publicou vários estudos e ensaios sobre
 questões jurídicas, justiça, direitos humanos,
 direitos das mulheres
 e pessoas defensoras dos direitos humanos.



VIOLETA DELGADO SARMIENTO (Nicarágua).

Mulher da Paz. Defensora feminista e de direitos humanos.

Secretária Executiva da Rede de Mulheres Contra a Violência (1993-2004). Nesse cargo, foi responsável pelo processo de elaboração e aprovação da primeira Lei contra a Violência Intrafamiliar (230) e do Plano Nacional contra a Violência.

De 2006 até hoje, ela é Gerente de Projetos no Centro de Pesquisa em Comunicação. Tem atuado como consultora em áreas como avaliação de projetos sociais e de gênero; pesquisas sobre temas de violência contra a mulher, exploração sexual comercial, entre outros.



GABRIELA RIVERA (Triângulo Norte).

Advogada com mais de dez anos de experiência nas áreas de Direitos Humanos, Direitos Humanos da Mulher, Contencioso Estratégico e Segurança e Setor de Justiça.

Participante do Programa de Mentoria Irmã para Irmã na Iniciativa Nobel para Mulheres. Estagiária do Centro pela Justiça e Direito Internacional (Ceji) e Bolsista Rotary pela Paz 2017-2018.

Atualmente é oficial de projetos para o "Fortalecimento das investigações criminais e compartilhamento de evidências na América Central" (Anticorrupção no Triângulo Norte) da Sociedade de Educação para a Justiça da Colúmbia Britânica, Guatemala e professora de Direito Constitucional da Guatemala, Universidad del Valle de Guatemala .

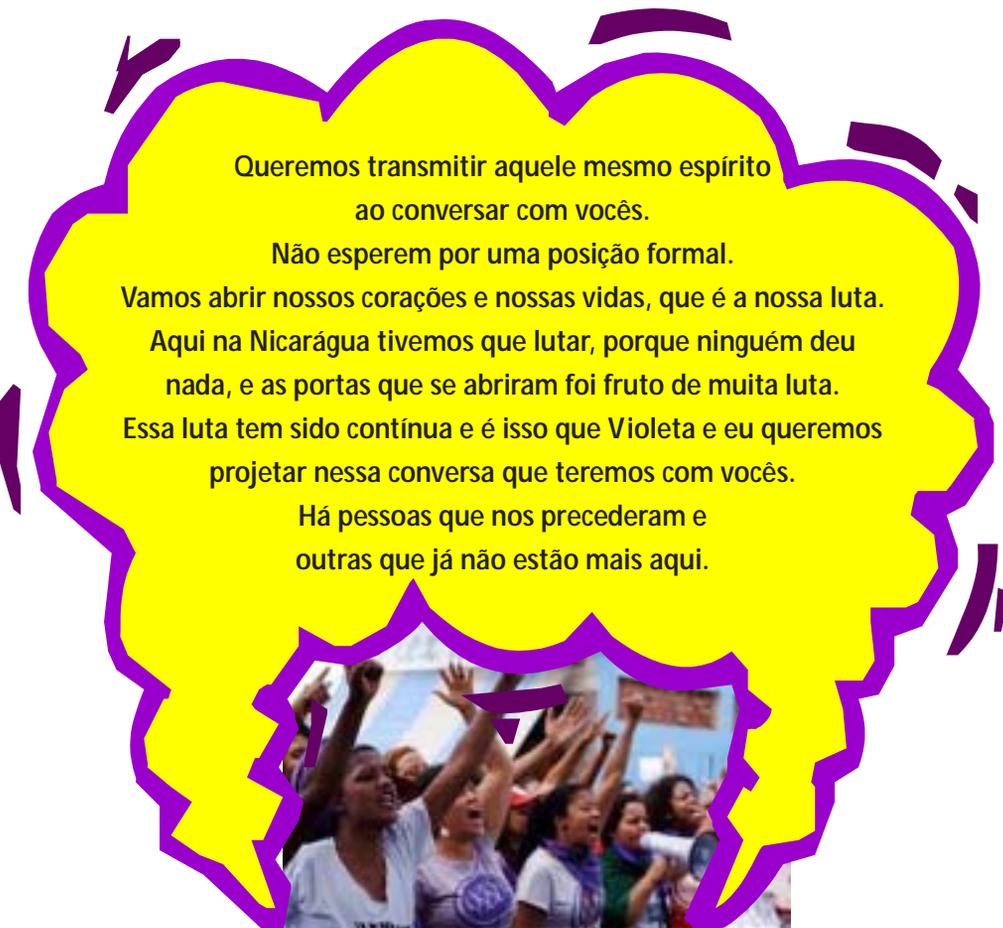


Um rico diálogo entre gerações

Vilma Nuñez de Escorcia:

Violeta Delgado e eu. Duas gerações. O que queremos transmitir a vocês não são informações frias, mas nosso cotidiano, nossas viagens, nossos encontros em diferentes lugares para dialogar, discutir a realidade na festa de 25 de novembro, quando nas ruas nós, mulheres, conquistamos as cidades da Nicarágua. E embora tivéssemos que enfrentar a polícia, as ruas eram nossas. Violeta e eu nos encontramos lá. Gostaria que tivéssemos duas gerações de mulheres. Depois da Violeta, que luta palmo a palmo na Nicarágua neste momento. Sempre digo que o melhor da nossa vida não é o que consta nos currículos. E mesmo que custe um pouco falar sobre mim, nós vamos fazer isso.

Eu sou Vilma Nuñez de Escorcia. Já me criticaram muito porque eu uso Escorcia, o sobrenome do meu marido. Mas, ao pertencermos, somos iguais. Eu tenho 82 anos. Eu nasci, e olha que coincidência no dia 25 de novembro de 1938. Não posso ser dife-



Queremos transmitir aquele mesmo espírito
ao conversar com vocês.

Não esperem por uma posição formal.

Vamos abrir nossos corações e nossas vidas, que é a nossa luta.

Aqui na Nicarágua tivemos que lutar, porque ninguém deu
nada, e as portas que se abriram foi fruto de muita luta.

Essa luta tem sido contínua e é isso que Violeta e eu queremos
projetar nessa conversa que teremos com vocês.

Há pessoas que nos precederam e
outras que já não estão mais aqui.

rente, não posso decepcionar aquela data que por acaso nasci. Tenho marido, que é Otto Escorcia, dois filhos, quatro netos e dois lindos bisnetos. Não sei o último porque ele nasceu na Suécia na época da pandemia. Desde

criança, sei quais foram as injustiças da minha geração. Por quê? Venho de uma cidade do centro do país, muito conservadora, muito atrasada. Imagine 80 anos atrás. Meu pai era um líder do partido de oposição a Somoza, e toda

vez que havia um esforço para derrotar a ditadura, ele era preso. Eu sei o que é implorar a um guarda da prisão que deixe você passar a comida para seu pai. Como sou filha fora do casamento, sofri discriminação. Não consegui entrar na escola religiosa, e houve uma série de incidentes que não quero ocupar muito tempo aqui. Acredito que isso me induziu, sabendo da injustiça, da discriminação que existia até no nosso direito civil. Em nosso Código Civil havia uma diferença entre filhos naturais e filhos legítimos. Isso me levou a estudar direito. Ingressei na Universidade Nacional Autônoma da Nicarágua em 1958, uma universidade que, vivendo sua luta pela autonomia universitária, me moldou. Imediatamente, entrei no movimento estudantil, para lutar pela consolidação da autonomia recém-concedida, e contra a ditadura de Somoza. Por isso sou sobrevivente de um dos mais terríveis massacres da ditadura, que aconteceu em 23 de julho de 1959. Aí me dediquei como aluna, estagiária de bufê, para defender gratuitamente os perseguidos pelo regime, os prisioneiros políticos da época. Depois de assumir a política tradici-

onal, percebi que não era a solução, e entrei para a Frente Sandinista.

Eu faço parte de quem lutou para fazer a Revolução perdida, como Ernesto Cardenas a chamou em suas memórias. Estou aqui e sempre fui uma defensora dos direitos humanos. É sobre isso que quero falar com você, Violeta, é disso que vamos conversar.

Violeta Delgado Sarmiento:

Exatamente Sra. Vilma. Obrigada. Estamos trabalhando há vários dias em como fazer essa conversa e compartilhá-la com vocês. Eu sou Violeta, uma feminista nicaraguense. Tenho 52 anos, um filho de quase 17 anos. Atualmente tenho que viver no exílio; sou membro do Conselho Políti-

Sou Violeta Delgado Sarmiento.

Quero dizer algo particular sobre tudo o que aconteceu. Não sei se é a coisa certa a dizer. Mas quando triunfou a Revolução Popular Sandinista, eu tinha 10 anos.

Sou, por assim dizer, filha da Revolução. Fui criada em um período muito turbulento na Nicarágua, fiz parte dessa geração de crianças, adolescentes extremamente comprometidas com as mudanças sociais. Obviamente, isso marcou minha vida e marcou meu compromisso até hoje.



co do Movimento Autônomo de Mulheres da Nicarágua. Junto com Vilma, ou Dona Vilma como já disse e continuarei lhe dizendo, trabalhamos com a resistência e na defesa de espaços democráticos que possam continuar no país, assim como nos espaços de direitos humanos. Agora eu gostaria, porque combinamos com Dona Vilma, de compartilhar como nos conhecemos e o que nos uniu.

Vilma Nuñez de Escorcia:

Como vocês podem ver, Violeta pode ser minha filha. Ela tem praticamente a mesma idade de minha filha Vilma Eugenia. Eu a conheci nas ruas de Manágua, na luta universitária mais importante que aconteceu depois da luta pela autonomia. Foi a famosa luta pelos 6% que começou em 1990 e formou uma liderança estudantil muito forte. Até que essa liderança foi praticamente cooptada por partidos e agora faz parte da ditadura que enfrentamos. Transformou aquela ilusão na qual queríamos transformar a Nicarágua que Somoza estava nos herdando.

Hoje, estamos nessa mesma luta. Violeta a líder e eu já presidente da Organização de Direitos Humanos que

Ela era a líder estudantil, uma jovem e uma mulher liderando um dos blocos de estudantes mais importantes da Universidade Nacional de Manágua, lutando ombro a ombro com dois meninos bem conhecidos e beligerantes: Rafael Enrique que era o líder nacional dos estudantes e meu companheiro de sempre, e o Gonzalo Carrión que era o líder dos alunos da Universidade Centro-americana. Com Violeta formavam um trio de lideranças. Foi lá que a conheci.



acompanhou a luta de maneira muito forte, porque transferi essa energia para aqueles espaços. Praticamente vivi minha vida universitária neste novo prolongamento da luta.

Quero terminar contando uma anedota: o CENIDH [Centro Nicaraguense de Direitos Humanos] se deu de corpo e alma. Nosso lema era acompanhar as pessoas, não defender os direitos hu-

manos de uma mesa, defendê-los onde houvesse problemas. Os meninos estudantes estavam na rua e passamos um dia inteiro sem comer, sem nada. Tínhamos que parar, mas com quem saímos disso, quem nos pediu um acompanhamento contínuo? "Eu fico", disse Violeta. Então eles me disseram "que irresponsável!" Deixamos essa responsabilidade nas mãos de uma jovem e vol-

tamos e lá estava Violeta nos contando como estava indo a luta.

Violeta Delgado Sarmiento:

Foi assim que nos conhecemos. Dona Vilma é a presidenta do CENIDH, organização que existe há mais de 30 anos. O seu estatuto legal foi cancelado há dois anos e as suas instalações foram confiscadas pelo governo. Há dois dias, o local onde hoje fala Vilma foi rodeado pela polícia, porque um grupo de mães de presos políticos foi ao seu encontro. Isso levou ao cerco das instalações onde estava a brava equipe.

Quero dizer a vocês que com Vilma nos encontramos na luta, na defesa dos direitos econômicos e sociais dos nicaraguenses, mas também nos encontramos de forma beligerante na defesa dos direitos das mulheres. Agora, nos encontramos na trincheira da defesa da democracia, condição *sine qua non*, condição indispensável para o exercício dos direitos das mulheres. Sem democracia não há direitos das mulheres. Os direitos das mulheres não podem ser direitos truncados de governos totalitários. Não podem oferecer um direito e restringir o direito de

existir, de se mobilizar, de se expressar. Não podem ser direitos condicionados. A Nicarágua, nos relatórios da CEPAL, está quase entre os países com maior equidade, em termos de deputados, ministros, mas ao mesmo tempo, transformam, mudam as leis, principalmente as que tratam do feminicídio e da violência contra a mulher. Também perseguem centímetro a centímetro as

principais lideranças dos movimentos de mulheres e de defesa dos direitos humanos.

Vilma Nuñez de Escorcia:

Conhecemos Violeta praticamente na defesa dos direitos humanos das mulheres, e é uma participação conjunta porque não consideramos o CENIDH destruído, apesar da retirada de nosso estatuto jurídico. Foram eles que rou-

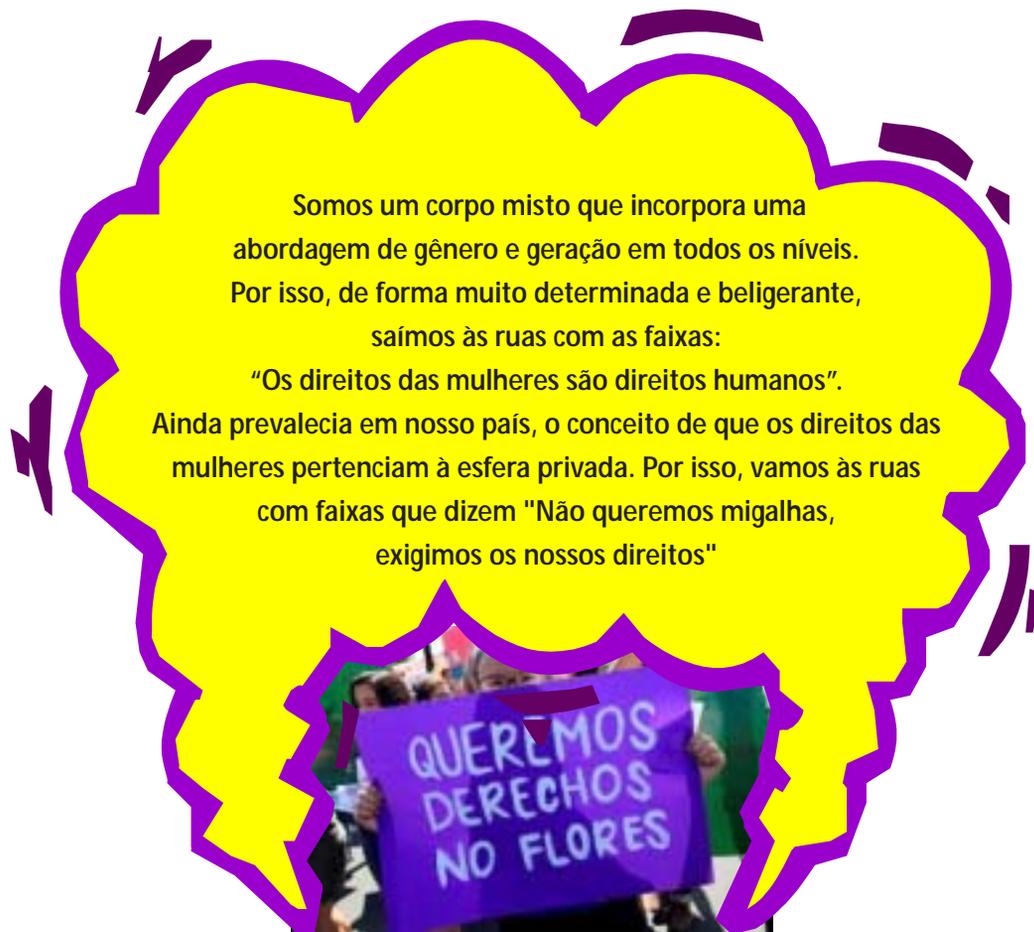
Continuam a fazer valer o seu lema histórico, que é o lema que provavelmente permeou a vida de milhares de nicaraguenses:

“um direito que não se defende é um direito que se perde”. Acredito que ninguém na Nicarágua a quem se diga um direito que não se defende não poderá responder a um direito que se perdeu, porque com toda segurança Vilma, isso foi algo que penetrou na sociedade e nas ações de dezenas de pessoas.



baram tudo de nós. Agora, instalaram Centros de Saúde e Centros de Mulheres. Imagine essa manipulação maior... Mas apelamos às autoridades nacionais com dois recursos: recurso de tutela e recurso de inconstitucionalidade. O Supremo Tribunal de Justiça não resolve... Então, quando há um atraso na justiça, temos o caso apresentado perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para processar o Estado da Nicarágua.

Sempre consideramos que a luta das mulheres foi e é essencial para alcançar o progresso que se conseguiu e para escrever o que conquistamos. Este é nosso encontro, nossa luta. Acredito que qualquer organismo misto de direitos humanos, para defender adequadamente os direitos humanos das mulheres, não pode se mover isoladamente apenas aprendendo conceitos, mas sim vivendo o dia a dia em coordenação com a luta autêntica nas ruas, nos bairros, nas comunidades. É por isso que o CENIDH, como órgão misto e amplo de direitos humanos, faz parte da Rede de Mulheres Contra a Violência, onde também conheci Violeta durante a atuação. Fazemos parte do gru-



po estratégico contra a criminalização do aborto terapêutico. Imagine como foi enfrentar todos os pensamentos que cercam este assunto... Por exemplo, a ONG Católicas pelo Direito de Decidir, que conta diariamente os feminicídios... Os exemplos da Argentina também estão acontecendo aqui na Nicarágua. A brutalidade e a repressão que os nicaragüenses vivem em

geral com uma ditadura que quis se perpetuar no poder tirando todos os direitos, esse ódio, essa forma cruel de tratar as pessoas, passou à cabeça dos repressores. A cada dia vemos aqui na Nicarágua o espetáculo de meninas de todas as idades, mulheres, morrendo.

Vilma Nuñez de Escorcia:

Não queremos apresentar apenas a mulher vítima, que sofre tudo... Que-

remos apresentar o outro lado da moeda: a mulher lutadora. As duas faces da moeda estão vinculadas às mulheres nicaraguenses. Tenho certeza de que isso acontece em todos os lugares.

Durante os três últimos anos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos registrou que 1.614 presos políticos foram detidos ilegalmente em cadeias. Acho que nos últimos dias essa capacidade já foi ultrapassada. Há 100 mil pessoas que fugiram da Nicarágua para salvar suas vidas, e quantas delas são mulheres... Toda essa quantificação, e o doloroso é que fica na impunidade. Nem a menor investigação foi iniciada. E isso foi visto em casos onde houve má gestão, manejo impróprio da pandemia de Covid, e agora o uso político da vacina. As pessoas que vão ser vacinadas devem agradecer ao presidente e sua esposa. Depois disso, fomos atingidos por dois furacões. Parecem três males iguais: a ditadura de Ortega-Murillo, a pandemia e os furacões que atingiram as regiões autônomas em novembro passado. Isso também tem sido usado de forma partidária. Demorou muito para que a ajuda humanitária chegasse. Pessoas

privadas foram proibidas de ajudar. Na fase de reconstrução de telhados, quem quisesse folha de zinco tinha que mostrar sua carteira de militante sandinista. Essa é a direção política que traiu não só os esforços, as esperanças de um povo que apoiou a luta para sair da ditadura de Somoza, mas também traiu o sentimento e a solidariedade de todas as pessoas de fora que deram

apoio.

Na violência que vivemos, a violência contra a mulher se reproduz. O sadismo e o ódio à repressão governamental se reproduz pelos agressores nos feminicídios que aumentaram. Por exemplo, foram 69 em 2019 e chegamos a 71 em 2020. Em 2021, em quatro meses já são 19.

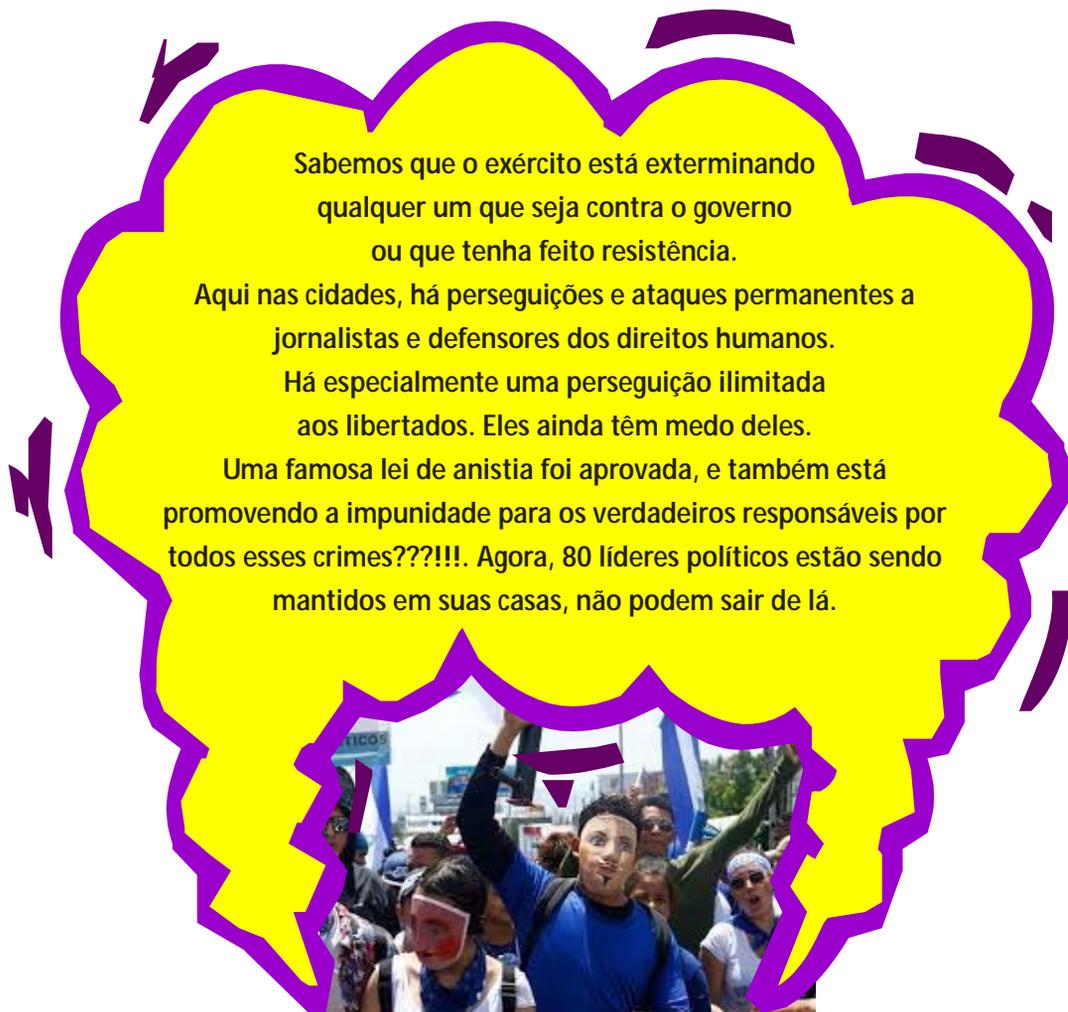
Também há ataques a povos indí-

Sei que vocês estão informadas e são solidárias com o que tem acontecido na Nicarágua, mas um breve relato para que você possa ver o contexto em que as mulheres estão sofrendo diretamente. Desde 18 de abril de 2018, quer dizer, há três anos, vivemos uma crise múltipla, uma crise política, social, econômica e de direitos humanos. Vejam os resultados: 328 mortes, quase todas as execuções extrajudiciais, mais de 8 mil feridos, um grande número de pessoas com deficiência, de pessoas que ficaram como vegetais, de crianças, de alunos que perderam um olho.



genas, Muitos morreram. Há perseguição permanente contra os camponeses nas montanhas.

Há uma nova forma de repressão: o terrorismo fiscal, por exemplo, contra jornalistas que ainda possuem um meio de comunicação. Depois, há uma série de leis persecutórias: a lei do crime cibernético, que os jornalistas chamam de lei da mordada. Também a lei de agentes estrangeiros que visa especificamente perseguir defensores dos direitos humanos. Não se pode receber solidariedade, cooperação de fora e há uma série de outras reformas constitucionais para estabelecer a prisão perpétua. Eles estão usando o sistema penal como um instrumento de repressão. Os mecanismos de repressão que este governo está utilizando não têm precedentes. Não gosto de fazer comparações, mas eu que vivi a ditadura de Somoza, que fui uma lutadora contra essa ditadura, que conheço as crueldades e as coisas terríveis que ela cometeu, fui presa política da ditadura de Somoza, ousou dizer que há um novo ingrediente de ódio, de perversidade, as formas como o comportamento das forças de segurança e da polícia estão



Sabemos que o exército está exterminando qualquer um que seja contra o governo ou que tenha feito resistência.

Aqui nas cidades, há perseguições e ataques permanentes a jornalistas e defensores dos direitos humanos. Há especialmente uma perseguição ilimitada aos libertados. Eles ainda têm medo deles.

Uma famosa lei de anistia foi aprovada, e também está promovendo a impunidade para os verdadeiros responsáveis por todos esses crimes???!!!. Agora, 80 líderes políticos estão sendo mantidos em suas casas, não podem sair de lá.

sendo induzidas. O que foi feito às Mães de Abril há três dias! Elas foram capturadas. Eram as mais representativas da luta neste momento na Nicarágua. E isso só porque iam celebrar uma missa. É isso que as mulheres da Nicarágua vivem, sofrem e enfrentam.

Violeta Delgado Sarmiento:

Queríamos apresentar a vocês aquele pequeno vídeo que compartilhamos na comemoração de 8 de março. Cada vez que vejo isso me impressiona e cativa, porque é apenas uma pequena amostra do que está acontecendo. Na

Nicarágua, como Vilma já mencionou, o contexto em que esta apresentação é feita tem antecedentes de curto, médio e longo prazo. Talvez os antecedentes de médio prazo tenham a ver com as mudanças institucionais ocorridas na Nicarágua nos últimos cinco anos na área dos direitos da mulher. O desmantelamento total das delegacias femininas, um dos mais belos projetos que já haviam sido construídos, creio, e que haviam sido montados a partir de projetos que foram desenvolvidos no Peru, no Brasil, no início e meados dos anos 90. Além de uma alternativa concreta, foi uma iniciativa muito simbólica do compromisso do Estado em proteger a vida das mulheres.

Acho que temos muito em comum com o que foi dito aqui. As 16 denúncias que as mulheres apresentam, antes de finalmente serem mortas pelo seu agressor. E em muitos casos passam por esta instância de mediação que o Estado agora permite. A perseguição às organizações de mulheres, seu fechamento, é o contexto que Vilma e eu queríamos dar a elas em nossa introdução. Deixe as mulheres saberem que seus defensores estão sendo perseguidos. É

uma situação que, evidentemente, as coloca em grave estado de vulnerabilidade, pois se quem se compromete a apoiá-las na sua defesa passa por perseguição, assédio, prisão. Obviamente, isso limita de forma gigantesca as possibilidades que possam ter de decidir denunciar e também ter o apoio adequado.

A crise política e social que se de-

sencadeou após o protesto de abril de 2018, na Nicarágua, muitos de vocês sabem, leram ou ouviram, levou ao assassinato documentado de mais de 365 pessoas, como disse um dos ex-colaboradores de Ortega, que há poucos dias renunciou, ao perceber que esses meninos foram mortos por atiradores com balas na cabeça, peito e pescoço. Esta crise de direitos humanos com re-

Desde janeiro de 2016, se não me engano, as Delegacias de Polícia deixaram de funcionar.

O modelo de atenção às vítimas de violência foi desmontado devido ao modelo de proteção à família. A lei que sancionava a violência contra as mulheres foi reformada, de maneira que o feminicídio se restringisse apenas ao âmbito familiar. É feminicídio apenas se a pessoa que mata era ou é parceiro, ou tem alguma ligação com a pessoa. Se foi alguém que resolveu matar para estuprar na rua, não é classificado como feminicídio. Isso levou a permitir a mediação, um dos maiores esforços das organizações de mulheres.

Mulheres compareciam às delegacias para enfrentar seu agressor em condições de vulnerabilidade, sujeição emocional, econômica, social e psicológica.



percussões políticas, econômicas e sociais, que se estendeu até hoje, tem um impacto dramático na segurança e no direito das mulheres a viver sem violência.

Vilma Nuñez de Escorcia:

Devo apresentar a vocês o outro lado da moeda, o outro aspecto: a mulher lutadora. Como organização de direitos humanos, testemunhamos todas as situações gravíssimas que Violeta levantou. Precisamente um dos trabalhos que estamos fazendo neste momento é documentar adequadamente as situações que ocorreram para que um dia a justiça possa ser alcançada. Trata-se de uma documentação que cumpre todos os parâmetros e requisitos que a justiça internacional exige para poder conhecer e encaminhar aos seus responsáveis.

Nós mulheres estamos lutando contra isso na Nicarágua e isso não é uma luta política, não é qualquer luta, é uma luta pelos direitos humanos. Cada uma das coisas reivindicadas é uma luta pelos direitos humanos. Quando a repressão começou, o governo se inventou ou os porta-vozes declararam que foi um golpe. Foi uma luta pelos direitos

Definitivamente, o desafio que os nicaraguenses têm neste momento, em primeiro lugar, é como sair de uma ditadura.

Não só isso, mas também descobrir como mudar o sistema. Eu não quero apenas que os governantes saiam, mas que sejam julgados. Quero vê-los sentados em um tribunal internacional. É possível resgatar nossa justiça fazendo com que respondam pelos crimes que cometeram. Todo o dinheiro que saquearam não pode continuar a manter o povo da Nicarágua, pois os ciclos serão repetidos.

Se não houver justiça, os crimes se repetem inevitavelmente.



humanos, a faísca que desencadeou o protesto foi a negação da previdência social para os idosos, com tudo o que isso implicou. Portanto, podemos valorizar as mulheres nicaraguenses não só pelo que estão sofrendo, pelo que são vítimas, mas também pela luta per-

manente que mantêm. Gostaria de transmitir com exemplos concretos como cada setor da mulher está lutando neste contexto que vive a Nicarágua. Exemplo de mulheres jovens: elas participaram desde o primeiro dia em que começaram os protestos e a resistên-

cia. Nos vídeos você pode ver meninos e meninas lutando contra a repressão. Essa presença foi massiva nas passeatas, nas ruas, frente à polícia, cacerolazos, standartes, bandeiras, lutando com os paramilitares e a polícia que tentavam arrancar de seus braços o filho que levavam, o irmão, o companheiro de estudo. As demonstrações de coragem e dignidade dos presos políticos são inesquecíveis para mim, todas meninas que não tinham mais de 25 anos. A maior parte do que essas mulheres enfrentaram nunca as levou para dentro das prisões. Sentiu-se que enfrentaram ódio, tratamento cruel, tortura e até estupro e todas as formas de abuso sexual denunciadas por Violeta. Foram um exemplo de dignidade e força. Nunca calaram-se e serviram de grande estímulo para que a luta continuasse nas ruas. Das prisões, veio um grito de denúncia, mas também um grito de esperança, de força.

O que aconteceu com os jovens estudantes? Também os vimos nas marchas, nas universidades, enfrentando a repressão da ditadura. E o mais triste é que também tiveram que enfrentar a repressão das autoridades universitá-

rias que tinham que garantir a autonomia universitária e a educação dessas jovens que estavam na sala de aula. O que fizeram? Foram expulsos, denunciados à polícia e tiveram seus registros acadêmicos cancelados, frustrando seu futuro. Muitos deles não puderam reingressar na universidade. Um duplo crime cometido contra eles. Estão resistindo e buscando reconstruir sua

vida profissional. Muitos já eram estudantes de medicina nos últimos anos. Por exemplo, Amaia Copes, faltava apenas um ano para se tornar médica a serviço do povo nicaraguense e mesmo assim foi expulsa, simplesmente porque protestava contra a ditadura.

Mas e as mulheres mães, irmãs, aquelas que ficaram e acordaram nos portões das prisões, em um lugar cha-

De suas celas imundas, ergueram a voz
e enviaram suas denúncias a todo o mundo.
Mulheres de várias idades, mas quero destacar a
juventude. Aquelas mulheres, quase meninas, cujas
denúncias e força mantiveram viva a chama do
protesto, das marchas nas ruas.
Foram elas que alarmaram e praticamente
comoveram a sensibilidade e consciência dos
deputados do Parlamento Europeu, quando
conseguiram entrar na prisão e os entrevistaram.



mado El Chipote. Eram filas de mães suportando chuva e sol para chegar de madrugada e perguntar se os filhos estavam lá, para oferecer-lhes um bocado de comida. Em El Chipote, que era dirigido pela polícia, eles não eram alimentados. Lá estavam as mães. As organizações de vítimas, quem as chefia? As mulheres! E aqui destaco a sua organização face ao pedido de injustiça para com os seus filhos assassinados, a expressão mais limpa, decisiva e coerente de um pedido de justiça é realizada pelas Mães de Abril, a Associação das Mães de Abril. Por três dias não lhes foi permitido realizar uma missa pelos filhos e foram agredidas. A Presidente das Mães de Abril foi presa e abusada junto com sua mãe, que foi espancada quando tentou impedir sua captura. A Associação das Mães de Abril é uma organização espontânea, nascida por iniciativa própria. No CENIDH somos testemunhas disso. Inicialmente, eram cinco, seis, sete que se organizaram e resolveram documentar, coletar todas as evidências de como haviam morrido ou assassinado seus filhos.

Hoje encontramos outras mulheres nas mesmas circunstâncias, organiza-

Em setembro de 2018, a organização da Associação das Mães de Abril foi formalizada e teve um desenvolvimento beligerante, um acompanhamento de busca por todas as famílias das vítimas, fundando um Museu da Memória, que se chama AMA Y NO OLVIDA [AMA E NÃO ESQUEÇA] É algo muito novo, porque geralmente todos os esforços de memória são feitos depois que o conflito termina. Este Museu da Memória, que pode ser encontrado online, é atual e é uma testemunha viva. Ele desmontou uma das maiores calúnias que a ditadura inventou contra aqueles meninos assassinados. Disseram que eram criminosos. Depois, com a história de vida dos mortos neste Museu, foi mostrado que eram estudantes, não criminosos.



do beligerantemente os comitês pró-liberdade da Associação de Parentes pela Liberdade de Presos Políticos. Conforme explicou Violeta, foi aplicada uma anistia, o governo forçou a anistia, que era um mecanismo de impunidade para encobrir os verdadeiros res-

ponsáveis. Eles vêm encarcerando novamente aqueles que já haviam sido libertados pela anistia e agora atribuem a prática de crimes comuns, ou seja, os tratam como criminosos comuns. Dos mais de 120 presos políticos que ainda existem nas prisões da Nicarágua, há

cinco mulheres lutadoras. Quem são as pessoas responsáveis pelas organizações que reivindicam a liberdade desses presos? São parentes, quase sempre mulheres. São sempre as primeiras a entrar na luta, não desistem, não se cansam. São parentes dos presos políticos, um exemplo vivo de solidariedade. Não os deixam sozinhos, não se cansam de denunciar, de levar para o CENIDH e outras organizações a denúncia do que acontece com seus presos. O CNIDH, por exemplo, não têm permissão para entrar nas prisões. Percebemos os horrores que os presos estão vivenciando porque seus parentes nos transmitem. Eles próprios são vítimas de todos esses abusos. E as mulheres exiladas? Junto com a Diáspora, buscam de fora como libertar a Nicarágua.

Não podemos deixar de mencionar as mulheres organizadas no movimento. Esse movimento na Nicarágua não é qualquer coisa. É talvez o movimento mais organizado, coerente e pró-ativo que existe no meio de toda a dispersão em que se encontra o nosso país. Está sempre na vanguarda da denúncia e incidência nacional e interna-

cional, como o Movimento Autônomo de Mulheres e o Movimento Feminista da Nicarágua, assim como muitas outras expressões organizadas em ONGs. Desejo citar como endosso ao Movimento María Elena Cuadra que zela pelos direitos trabalhistas e neste momento está sendo coletivizado com uma série de situações que buscamos

como combater. Católicas pelo Direito de Decidir, dia a dia, monitora e influencia, e com sua própria dor, os feminicídios que se cometem na Nicarágua sob a proteção da conduta ditatorial do casal Ortega-Murillo e de seu Poder Judiciário sem independência que os classifica como crimes comuns.

Para resumir o que falamos, há elementos que são graves em estados totalitários e que impactam a vida das mulheres: o fechamento dos espaços democráticos e a instalação de regimes totalitários; a percepção de impunidade que pode existir e que abre as portas aos agressores; a perseguição às organizações feministas e de mulheres; corrupção no Judiciário pelos poderes constituídos, em particular a tomada deste por partido, instituições econômicas, etc.; e o abuso policial. Talvez os três elementos que gostaríamos de destacar como chaves para a transformação sejam contar com uma estrutura jurídica anterior na agenda de direitos humanos. Com sociedades inclusivas, democráticas e abertas e um compromisso com a luta contra a violência e não permitindo a violência contra as mulheres e instituições baseadas no Estado de Direito. [Violeta Delgado Sarmiento]



O DEBATE

- **Participante:** Como as organizações feministas podem apoiar sua luta?
- **Participante:** Há também uma outra questão em relação aos presos políticos: Como se dá um testemunho por meio de obras de arte?
- **Participante:** Onde foi documentado que na Nicarágua a tortura sexual foi usada como método de repressão e o estupro como um crime contra a humanidade?
- **Participante:** Não foi possível ao Tribunal Penal Internacional intervir na Nicarágua?
- **Vilma Nuñez de Escorcía:** O acesso ao Tribunal Penal Internacional é uma questão que consideramos um pouco distante, porque a Nicarágua é um dos poucos países da América Latina que nem mesmo assinou o Estatuto de Roma. Além disso, as próprias limitações que o Estatuto tem onde não julga retroativamente, mas é voltado para o futuro, por isso estamos pensando em encontrar como acessar a justiça internacional por outros mecanismos. Neste momento não há possibilidade, embora tenhamos um processo eleitoral em vista, creio que a ditadura está fazendo todo o necessário para impedir uma vitória eleitoral garantida por um processo eleitoral transparente.



[continuação] Não vejo a curto prazo, nenhuma transformação jurídica substantiva que possa fazer justiça, muito menos que um governo democrático chegue agora e ratifique o Estatuto de Roma. Mesmo que o Estatuto seja ratificado por um próximo governo democrático, ele não pode agir retroativamente. Tudo o que Violeta compartilhou com eles sobre assédio sexual está sendo documentado. O Tribunal de Consciência ou Opinião, como é tecnicamente chamado após o Julgamento de Nuremberg na categoria de tribunais internacionais, documentou adequadamente mais de 21 casos de estupro. E o trabalho de documentação realizado no CENIDH, na companhia da Federação Internacional por Direitos Humanos, está tentando documentar uma série de incidentes com essas características. Está se preparando para o futuro porque a única maneira de chegar ao Tribunal Penal Internacional é repetir o que o Conselho de Segurança fez há dois anos. A pedido dos Estados Unidos, ele pediu ao Tribunal Penal Internacional que se pronunciasse sobre o caso da Nicarágua, mas aí encontramos o veto da Rússia e da China. Esse é o problema internacional.

Violeta Delgado Sarmiento: Obviamente, compartilhamos informações sobre o que está acontecendo na Nicarágua, porque saímos da agenda pública e ninguém mais continua se lembrando do que se passa aqui. Através de María Julia e daqueles que podem ser nossos contatos no Fórum de Mulheres pela Paz, compartilharemos as campanhas para exigir a libertação dos presos políticos. Gostaríamos também, na medida do possível, para quem pode, que nos apoiem em fóruns internacionais.





II - Entrevistas

1. Rosicleide Vilhalva - KAIOWÁ

“A interseccionalidade étnica”

ROSICLEIDE VILHALVA - ETNIA KAIOWÁ

É conselheira do movimento da juventude Kaiowá e Guarani
da organização Retomada Aty Jovem (RAJ)
e voluntária da organização Kuñangue Aty Guasu
grande assembleia das mulheres Kaiowá e Guarani,
e acadêmica de ciência sociais pela
UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.





A árdua luta coletiva por território e contra o genocídio indígena

Você poderia começar por relatar as lutas do povo indígena nos dias atuais no Brasil, com um governo de extrema direita e que só tem retrocedido em termos de direitos humanos, principalmente dos povos indígenas?

A luta dos povos indígenas tem sido muito árdua no contexto desse governo que tem retrocedido sobre os nossos direitos, que já haviam sido garantidos na constituição de 1988. Nesse sentido, quero destacar as questões relacionadas aos nossos territórios, que é a tese genocida do marco temporal que tem sido pautada no Supremo Tribunal Federal e recentemente o PL 490 [Projeto de Lei] que foi aprovado pelos parlamentares desse governo fascista, que só traz sangue indígena diante do seu governo.

Pensando na grave questão da pandemia de Covid-19, você poderia analisar de que forma a população indígena é afetada em um país que é o segundo colocado em maior número de mortes e pessoas infectadas? Teria dados estatísticos?

Nós, como povo, diante dessa ameaça constante e de total abandono durante a pandemia, fomos obrigados a colocar os nossos corpos diante dessa ameaça da doença da Covid19 para defender os nossos direitos, que o governo Bolsonaro tenta derrubar criando e aprovando inúmeros PLs que afeta os povos indígenas e território.

Hoje, esse governo criminaliza, ameaça as lideranças e seus apoiadores, tentando silenciá-los de várias formas. De fato, ele se utiliza do poder que tem para ir contra a população, praticando ataque e promovendo racismo, sexismo, lgbtphobia e ódio contra os povos e religiões.

Hoje, esse governo criminaliza, ameaça as lideranças e seus apoiadores, tentando silenciá-los de várias formas.

Como tem se dado a luta das mulheres indígenas com tantos impeditivos e a falta de perspectiva?

As nossas lutas se dão pela participação e efetivação dos nossos direitos, e para ocupar os espaço que nos foram negados por muito tempo. Também para fortalecer as lutas coletivas, denunciar sobre as violações de direitos humanos praticadas pelo governo no âmbito nacional e internacional.

Compreendemos que essa busca pela justiça e pela garantia da nossa existência é extremamente difícil, mas mesmo assim as lutas têm sido criadas para unificar os povos e a população brasileira, que estão na mira de ser silenciadas.

Nessa busca pela existência e pela liberdade de escolha de gênero, há também a nossa luta em termos de coletivo, para que a escolha de gênero ou sexo seja respeitada. Repudiamos e denunciemos o governo Bolsonaro por sua prática racista e homofóbica que tem sido incitada por ele, gerando a prática de violência, contra a população LGBTQUIA+ e mulheres. Durante o seu governo, acredito que as práticas de violência de gênero aumentaram mais de 50%, principalmente contra as mulheres, indígenas, negros e população LGBTQUIA+.

De certa maneira, antes da epidemia de Covid19 já existiam outras doenças como malária, dengue, DST, entre outras que vinham causando as mortes indígenas. Com a epidemia de Covid19 só piorou uma coisa que já estava ruim. As populações indígenas foram isoladas e esquecidas, sem comida e sem atendimento médico, ficaram à mercê da morte.

Quero citar a região que eu me encontro que é o estado de Mato Grosso do Sul, onde moram as etnias Kaiowá e Guarani. Esses povos foram infectado e houve muito óbito. Isso poderia ser evitado se esse governo buscasse realmente uma solução para todos e de imediato.

Vivendo nesse meio de busca pela existência e pelo espaço de fala, ser mulher já é difícil... Para a indígena é mais difícil ainda ser mulher e defensora da sua comunidade e de seu povo, diante desse governo machista, homofóbico e alienado. Como mulheres indígenas, enfrentamos uma luta diária e muitos ataques a nossos corpos pela Covid, além de violências de várias formas e diferentes espaços.

Em todo os momentos tentam nos silenciar, mas já entendemos que temos que buscar a coletividade, pois esse é o único jeito de se defender. Os ataques não nos intimidam, ao contrário, nos deixam mais unidas e fortes.

Para a indígena é mais difícil ainda ser mulher e defensora da sua comunidade e de seu povo, diante desse governo machista, homofóbico e alienado.

Para você, o que significa lutar pela paz no dia a dia?

Em nossa luta, não estamos sozinhas, pois temos o espírito e a coragem das nossas ancestralidades,

que já estiveram na resistência antes de nós. Hoje, só estamos continuando essa busca para poder existir no mundo contemporâneo de desgoverno e retaliação aos nossos Território e ao nosso corpo, a nossa cultura e a nosso modo de ser.

A nossa luta pela paz tem sido cada vez mais precisa, para que estejamos vivas e vivos. Paz nós não temos há muito tempo, mas sempre buscamos esse bem viver em harmonia o tempo todo e com todos. Acredito que a nossa luta vai continuar se fortalecendo cada vez mais, até o último indígena. *Aguyjevete!*



II - Entrevistas

2. Nilza Iraci

“A interseccionalidade racial”

NILZA IRACI é comunicadora social,
 diretora-executiva do
 Geledés Instituto da Mulher Negra.
 Negra, feminista, esteve presente nas
 principais lutas feministas antirracistas nos últimos trinta anos.
 Coordena o projeto Enquanto Viver Luto,
 que reúne mulheres em
 situação de vulnerabilidade econômica e social.
 Foi uma das brasileiras indicadas ao
 Prêmio Nobel da Paz 2005.





Em busca de um projeto de nação alicerçado no *Bem Viver*

Em sua opinião, por que a região da América Latina e Caribe é comumente simbolizada por uma figura indígena? Qual a dimensão da população negra na região? Existem diferentes avanços nas lutas dessas populações?

A região da América Latina se caracterizou, por muito tempo, pelo colonialismo/escravismo. No Brasil não foi diferente, e os indígenas, inicialmente, e os negros, posteriormente, foram escravizados e coisificados, sendo excluídos do acesso à riqueza produzida no país, situação que permanece até hoje em pleno século XXI. Os povos indígenas vivenciam uma realidade cruel, frequentemente às voltas com conflitos armados, seu povo tem sido massacrado por garimpeiros e desmatadores, e suas terras e culturas ameaçadas, com a aquiescência do Estado.

Na região da América Latina e do Caribe, é maior a visibilidade dos povos indígenas, enquanto a população afrodescendente vem lutando contra o apagamento para ser visibilizada e ter seus direitos reconhecidos. No Brasil, graças à intervenção dos brancos, os indígenas foram

dizimados e, segundo o Censo de 2010, representam apenas 0,4% da população brasileira, e lutam por direito à terra, à sua cultura e resistem contra a invasão e a violência de grileiros.

A população negra representa 56,10% do total da população brasileira, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base em dados de 2019, e ocupa os mais baixos extratos sociais, na sua maioria vivendo abaixo da linha da pobreza e em extrema vulnerabilidade em razão do racismo institucional.

Dessa forma, as populações negras e indígenas no Brasil sofrem preconceitos étnico-raciais e encontram-se impedidas de acessar bens e serviços, tais como saúde, educação, segurança e emprego, vivendo na posição

de base da pirâmide social, como revelam os dados do IPEA e do IBGE, órgãos do governo responsáveis pela aferição da situação socioeconômica dos brasileiros.

Nem sempre as lutas de negros e indígenas se dão de maneira conjunta, mas no Brasil tem sido muito intensa a

Na região da América Latina e do Caribe, é maior a visibilidade dos povos indígenas, enquanto a população afrodescendente vem lutando contra o apagamento para ser visibilizada e ter seus direitos reconhecidos.

luta afro-indígena, particularmente entre quilombolas (população remanescente de quilombos) que tem se organizado.

Qual a dimensão da interseccionalidade racial na questão da violência de gênero? Poderia analisar e citar estatísticas?

A violência contra as mulheres, que chamamos de “pandemia na sombra”, está na agenda como uma das mais graves violações dos direitos das mulheres, e tem aumentado muito nos espaços privados. A violência doméstica e a crise dos cuidados no Brasil, e particularmente durante a pandemia, ganhou destaque e se agravou.

No país, as mulheres negras são 55,6 milhões do total da população brasileira. O racismo patriarcal heteronormativo tem sido uma maneira de definir o racismo atuante no Brasil e seus modos de atuação, diferenciada a partir do sexismo e das fobias LGBTQI+. O conceito permite chamar atenção para os diferentes processos que atuam na produção da subordinação de indivíduos e grupos, jogando luz ao fenômeno denominado de Interseccionalidade.

Neste processo, provoca um sistema de subordinação, violência e inferiorização das pessoas negras, adquire ferramentas que atingem de forma específica todas as que

se situam em posições femininas dentro do espectro das identidades de gênero.

Considerando apenas os dados disponibilizados de forma completa, os números apontam que cerca de 75% das mulheres assassinadas no primeiro semestre deste ano no Brasil são negras. O levantamento faz parte do Monitor da Violência, uma parceria do **G1** com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e foram feitos com base nos dados oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal.

Considerando apenas os dados disponibilizados de forma completa, os números apontam que cerca de 75% das mulheres assassinadas no primeiro semestre deste ano no Brasil são negras.

Ainda segundo dados da pesquisa, mais de um terço dos estados do país não divulga a raça das mulheres vítimas de violência. E, mesmo entre os que divulgam, os dados apresentam falhas, já que, em boa parte, o campo aparece como “não informada”, e mesmo com falhas,

os dados disponíveis de raça mostram que a violência letal não atinge todas as mulheres de igual maneira.

Quando analisamos o perfil das vítimas, é possível notar que essas formas de violência não atingem todas as mulheres da mesma maneira. A desigualdade racial se faz presente também nestes casos. Considerando os estados onde foi possível obter a informação sobre a cor/raça das vítimas, o Monitor da Violência apontou que no caso dos homicídios, 73% das mulheres mortas eram negras, enquanto que mulheres brancas eram 26% das vítimas. O aumento da multiplicidade de tarefas domésticas, com as

mulheres assumindo maior responsabilidade pelas tarefas educativas, tem afetado negativamente as possibilidades das mulheres no trabalho remunerado, no lazer, nos estudos e na saúde mental.

Pensando na grave questão da pandemia de Covid-19, você poderia analisar de que forma a população negra é a mais afetada? Teria dados estatísticos?

O Brasil enfrenta hoje a sua pior crise sanitária, ética, social, política e ambiental de todos os tempos, escancarando as desigualdades de classe, raça e gênero em todo o país.

Os impactos da pandemia não são iguais para todas, todes e todos. Mulheres negras e pobres, trabalhadoras informais ou domésticas, têm sua condição agravada, pois vivem em

moradias precárias nas favelas e comunidades, sem água e esgoto, e sem acesso à saúde pública e gratuita.

As mulheres, especialmente as mais pobres, chefes de família e com filhos, foram afetadas de diversas maneiras: perda da renda, falta de creches e

escolas, impossibilidade de adotar medidas de distanciamento social e o aumento da violência doméstica são alguns dos fatores que mais tiveram impacto sobre a vida das mulheres, literalmente.

O aumento da multiplicidade de tarefas domésticas, com as mulheres assumindo maior responsabilidade pelas tarefas educativas, tem afetado negativamente as

possibilidades das mulheres no trabalho remunerado, no lazer, nos estudos e na saúde mental.

A pandemia revelou, ainda, o que os dados estatísticos já vêm apontando na última década: o racismo institucional e a ausência de políticas públicas, o que resulta que a população negra é a que mais morre pela Covid. A cada dez brancos que morrem vítimas da Covid-19 no Brasil, morrem 14 pretos e pardos, que em sua soma, representam os brasileiros negros, que enfrentam diversos tipos de discriminação, como as mulheres de comunidade LGBTIQ+, entre outras, expondo algumas das desigualdades pré-existentes. Considerado o epicentro da pandemia, a capital paulista é a cidade com maior número de mortos por Covid-19 na América Latina. Com registro de

95,5 mil óbitos e 2,88 milhões de casos de COVID-19, o impacto da doença é desproporcional sobre minorias raciais e étnicas. Dessa forma, em São Paulo, por exemplo, a população preta tem 37,5% mais chances de óbito do que a população branca, e isso acontece porque esta população

vive nas periferias, onde a letalidade do vírus é maior, e pela prevalência na comunidade negra de comorbidades importantes como hipertensão e diabetes.

Segundo a alta-comissária da ONU para os direitos humanos, Michelle Bachelet, no Estado de São Paulo, as pessoas negras têm 62% mais chances de morrer de Covid-19 do que as brancas.

O Brasil enfrenta hoje a sua pior crise sanitária, ética, social, política e ambiental de todos os tempos, escancarando as desigualdades de classe, raça e gênero em todo o país.

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>

A política irresponsável do presidente da República [Bolsonaro] e suas ações negacionistas, misóginas e racistas têm ampliado o sofrimento da população, ao dizer que a economia é mais importante que a vida das pessoas, autorizando os patrões e empregadores exigirem que enorme contingente da população continue trabalhando sob o risco de contágio.

O racismo estrutural e as desigualdades impostas às mulheres – especialmente as negras, jogam sobre elas os impactos dessa dura realidade. Os impactos da pandemia não são iguais para todas, todes e todos demonstrando que as mulheres negras e pobres, trabalhadoras

informais ou domésticas, têm sua condição agravada, pois vivem em moradias precárias nas favelas e comunidades, sem água e esgoto, e sem acesso à saúde pública e gratuita. Além de estarem nas ruas, batalhando pelo sustento da família, enfrentam o trabalho da casa e os cuidados com as crianças, idosos, parentes encarcerados e os doentes próximos. Essas mulheres também perdem seus filhos e netos e companheiros para a brutalidade policial, pautada em uma política de segurança pública equivocada.

A política irresponsável do presidente da República e suas ações negacionistas, misóginas e racistas têm ampliado o sofrimento da população, ao dizer que a economia é mais importante que a vida das pessoas, autorizando os patrões e empregadores exigirem que enorme contingente da população continue trabalhando sob o risco de contágio.

O que significa ser uma mulher negra em um país governado por um representante da extrema direita?

Vivemos um momento em que a pauta de direitos humanos sofre ataques por parte de setores conservadores, que colocam em risco as ainda incipientes conquistas, que necessitam de implementação e compromisso político por governantes das diversas esferas públicas.

Também vivemos um momento de explicitação do racismo e do sexismo, com denúncias de feminicídio, agressões potencializados pelos discursos de ódio. E as mulheres

negras, transexuais e os jovens negros continuam a ser vítimas da necropolítica, produzindo nas pessoas envolvidas e seus familiares doenças como depressão, alta pressão arterial, e câncer, provocados pelos estresses a que estão submetidas cotidianamente.

O racismo estrutural e as desigualdades impostas às mulheres – especialmente as negras têm colocado sobre elas os impactos dessa realidade, com graves danos à sua saúde física e emocional.

Tem, ainda, ampliado o sofrimento da população, ao dizer que a economia é mais importante que a vida das pessoas, autorizando os patrões e empregadores a exigirem que enorme contingente da população continue trabalhando sob o risco de contágio. O desafio da maioria das mulheres, em especial das mulheres negras é viver (mais do que

sobreviver) a tantas forças de morte (graças à inoperância e inconsistência do Estado.

Como tem se dado a luta das mulheres negras com tantos impeditivos e a falta de perspectiva?

Desde o início desta crise provocada por um desgoverno misógino, e potencializada pela pandemia, as mulheres em situação de vulnerabilidade têm demonstrado grande capacidade organizativa e solidária; tem se reinventado para lidar com as inúmeras adversidades que se apresentam no seu duro cotidiano.

São mulheres aprendendo a cuidar de si para se fortalecerem mutuamente e seguirem cuidando de quem depende delas. Essa generosidade e capacidade de organização podem ser os mais importantes aprendizados que a pandemia nos trouxe.

Mulheres inventando formas de sobrevivência cotidiana que vão desde a troca de seus produtos a movimentar redes imensas de doações de cestas, confecção de máscaras e busca de conexões para ampliarem seus limites de cuidar.

Essa generosidade e capacidade de organização podem ser os mais importantes aprendizados que a pandemia nos trouxe.

E isso tem sido potencializado através da ajuda e apoio mútuo.

**São mulheres aprendendo
a cuidar de si
para se fortalecerem mutuamente e
seguirem cuidando
de quem depende delas.**

Para você, o que significa lutar pela paz no dia a dia?

As mulheres negras brasileiras têm vivido, no país, uma guerra não declarada, com todas a violação de todos os seus direitos, mas apesar de todas as mazelas, vêm mantendo constante luta pela sua comunidade.

Têm ido além do chamado denunciismo!

Além das denúncias da situação perpetrada pelo racismo, o machismo e as lgbtfobias, as mulheres negras brasileiras ofereceram à sociedade a proposta desafiadora de um novo modelo civilizatório. O que melhor define o movimento de mulheres negras hoje é a pluralidade de vozes representadas. E nele cabem todas as mulheres negras: as cisgêneras e as trans; as héteras, as lésbicas e as bis; as

organizadas e as autônomas; as jovens e adultas, as religiosas e as ateias, as do campo e da cidade.

Neste espírito, as mulheres negras construíram, em 2015, a Marcha de Mulheres Negras Brasileiras, reunindo na capital do país aproximadamente 50 mil

mulheres, sob a ensignia do bem viver.

Ao abordar e ressignificar a temática do Bem Viver (conceito criado pelos povos altiplanos dos Andes), a Marcha ofereceu à sociedade um novo projeto de nação, e a possibilidade de um outro mundo possível. É essa construção que define a efetividade e o legado a ser deixado por e para as mulheres, seja em relação ao processo organizacional ou às reivindicações de pautas.

Apesar do avanço das lutas e de o movimento de mulheres negras estar sendo considerado o mais potente da última década, sabemos que estamos muito longe das conquistas que reivindicamos.

E sabemos, também, que para ir cada vez mais longe, precisamos continuar acreditando na utopia, no afeto, sem ufanismos, mas com a certeza de que nossa luta é o motor gerador de mudanças para um efetivo Bem Viver.

A consolidação de um estado democrático e republicano demanda que mulheres negras sejam reconhecidas como sujeitas de direito e aplicados na íntegra os dispositivos constitucionais. Garantir o direito à vida, à dignidade humana da população negra, em geral, e da mulher

negra transgênera e cisgênera, em particular, pressupõe enfrentamento concreto ao racismo institucional, ao sexismo e à cisheterossexualidade compulsória que impedem que nossas vidas sejam tratadas com a mesma dignidade e respeito que as outras, livres de todas as formas de discriminação.

Neste sentido, para nós o conceito de paz deve ser ampliado para incorporar todas as formas de direitos humanos. Não haverá paz nem democracia enquanto não forem abolidos

racismo, sexismo e qualquer forma de discriminação e preconceito.

Gostaria de acrescentar outras opiniões?

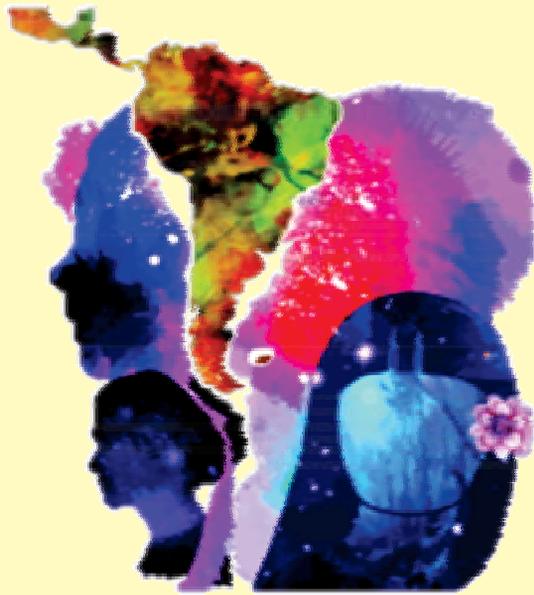
Ao utilizarmos a insígnia “nossos passos vêm de longe”, falamos de uma longa caminhada de mulheres negras que fizeram de suas vidas exemplo de luta e de resistência, que pavimentaram os caminhos para que o movimento de

mulheres negras contemporâneo fosse considerado aquele que mais cresceu na última década.

O Brasil voltou ao Mapa da Fome, o congelamento do orçamento social vem paralisando os investimentos em políticas públicas desde a

edição da Emenda Constitucional 95/2016, e as mulheres e a juventude negra continuam sobre representadas nos índices de exclusão social e de violência. Apesar do avanço das lutas e de o movimento de mulheres negras ser considerado o mais potente da última década, sabemos que estamos muito longe das conquistas que reivindicamos. Ainda somos as principais vítimas de violências e feminicídio, do desemprego, do racismo estrutural, da pobreza, que nos colocam em situação de extrema vulnerabilidade.

E sabemos, também, que para ir cada vez mais longe, precisamos continuar acreditando na utopia, no afeto, sem ufanismos, mas com a certeza de que nossa luta é o motor gerador de mudanças para um efetivo Bem Viver.



II - Entrevistas

3. Symmy Larrat

“A interseccionalidade trans”

SYMMY TARRAT é mulher trans paraense. Enfrentou tentativas de "cura gay", conflito familiar, conquistou o ensino superior, mas mesmo diplomada, foi para as esquinas de Belém para se prostituir.

Na rua, fortaleceu seu compromisso com a militância.

É a atual coordenadora da Rede de Enfrentamento à Violência contra LGBT da Bahia e presidenta da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), a maior do continente latino-americano. Ela foi a primeira transexual a ocupar a função de coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no governo de Dilma Rousseff, e coordenou o programa "Transcidadania", na gestão Fernando Haddad, em São Paulo.





Sobrevivência trans no país que mais mata essa população

Em sua opinião, qual a dimensão da população trans na região da América Latina e Caribe? Existem diferentes avanços nas lutas dessas populações?

Não sou uma grande pesquisadora sobre essa região e o campo internacional, mas do que acompanho percebo que nos unifica o fato de que na ala narrativa da ideologia de gênero, termo cunhado para promoção do ataque as pautas de gênero, centrado nas vivências transgêneras, ou melhor, no ataque às conquistas e na perseguição a estas corpos.

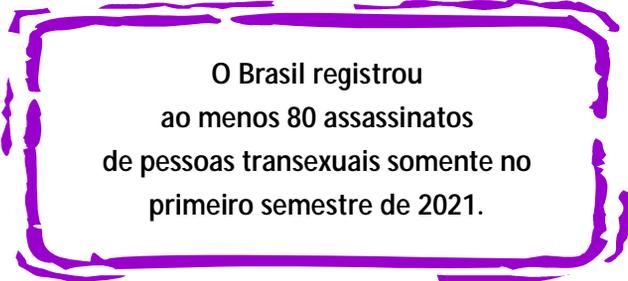
Outro fator é que há uma distância no que concerne às conquistas. Países como Argentina e Uruguai têm obtido importantes avanços.

O Brasil tem garantido algumas conquistas, via judiciário, porém com forte dificuldade de sua aplicação prática. Países como Venezuela e os da América Central apresentam ainda mais dificuldades.

Qual a dimensão da interseccionalidade trans na questão da violência de gênero? Poderia analisar e citar estatísticas?

O Brasil registrou ao menos 80 assassinatos de pessoas transexuais somente no primeiro semestre de 2021. São dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) que revelou que este ano já ocorreram nove suicídios, 33 tentativas de assassinatos e 27 violações de direitos humanos, nesse mesmo período. A Antra ressalta ainda que, em 2020, a entidade encontrou um número recorde de assassinatos de travestis e mulheres trans, com 175 casos.

As redes nacionais também acompanham a violência política contra pessoas trans eleitas. Os 30 mandatos brasileiros apontam denúncias de ameaças de morte e agressões. A violência contra a política de gênero e contra o conjunto das mulheres tem centrado força nas mulheres transgêneras como forma de expressão mais cruel de sua ação conservadora.



**O Brasil registrou
ao menos 80 assassinatos
de pessoas transexuais somente no
primeiro semestre de 2021.**

Pensando na grave questão da pandemia de Covid-19, você poderia analisar de que forma a população trans é afetada em um país que é o segundo colocado em maior número de mortes e pessoas infectadas? Teria dados estatísticos?

A realidade já impõe desafios à população LGBTQIA+, porém a pandemia da Covid-19 aprofundou ainda mais essas desigualdades e injustiças. A necessidade de isolamento social acarretou dificuldades no sentido econômico, mas também no emocional. Não há empregos formais, ou há trabalhos em setores muito prejudicados pela pandemia, como serviços e eventos, e, algumas vezes, tendo que retornar a espaços onde há ameaças, como o ambiente familiar.

Segundo relatório da ONU apresentado em novembro de 2020, o isolamento reduziu os contatos com redes de apoio, com quem pessoas LGBT+ podem manter relações sociais positivas.

O que significa ser uma mulher trans em um país governado por um representante da extrema direita?

Significa ter que lutar para se manter viva, num país onde a perseguição a estas existências são a narrativa de

governo que estimula o ódio, que abertamente se coloca contrário, como no caso da votação da criminalização da homotransfobia no STF [Supremo Tribunal Federal] em que a AGU [Advocacia Geral da União] defendeu contra a ação e quando o mesmo governo orientou as embaixadas a tratarem gênero como sexo biológico.

Como tem se dado a luta das pessoas trans com tantos impeditivos e a falta de perspectiva?

Enquanto estratégia, a judicialização tem sido o caminho mais eficaz, além das denúncias junto a organismos internacionais, e a organização de muitas resistências e ocupações de rua.

Para você, o que significa lutar pela paz no dia a dia?

Significa dialogar insistentemente para que as pessoas compreendam que não há nada de mais, nem pecado, nem doença, em sermos quem somos. O que há de mais grave são todos

os impactos que o preconceito e o estigma provocam em toda nossa história.

Lutar pela paz significa dialogar insistentemente para que as pessoas compreendam que não há nada de mais, nem pecado, nem doença, em sermos quem somos.



Esta publicação sistematiza de forma ampliada os valiosos seminários online que foram realizados nos dias 10, 17 e 24 de abril de 2021, voltados para a América Latina e o Caribe, abordando a temática geral da Violência de Gênero e suas Interseccionalidades, com focos específicos em cada um dos dias, sob a responsabilidade de reconhecidas especialistas na interseccionalidade indígena, interseccionalidade racial, interseccionalidade trans, feminicídio e a especificidade da violência institucional na América Central

A riqueza das apresentações e discussões merecem esta publicação que pode se tornar um instrumento de multiplicação para lideranças diversas. Trata-se de uma realização da PWAG - PeaceWomen Across the Globe [Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo], com sede na Suíça. Os eventos foram organizados por Carla Weymann [PWAG - Suíça], Vera Vieira [Brasil] e Maria Julia Moreyra [Argentina].



REALIZAÇÃO



PeaceWomen Across the Globe
FRIEDENSFRAUEN WELTWEIT
نساء من أجل السلام عبر العالم
Femmes de Paix Autour du Monde
Женщины мира за мир на земле
MUJERES DE PAZ EN EL MUNDO
Mulheres pela Paz ao redor do Mundo

DONNE DI PACE NEL MONDO

ピースウーマン—国境を越え平和をつくる女たち
全球和平妇女

www.1000peacewomen.org [Suíça]

www.mulherespaz.org.br - associacao@mulherespaz.org.br [Brasil]